

DOUGLAS DA SILVA CASULA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL NO SUDOESTE
MATOGROSSENSE.**

**TANGARÁ DA SERRA/MT - BRASIL
2019.**

DOUGLAS DA SILVA CASULA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL NO SUDOESTE
MATOGROSSENSE.**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato
Cunha de França

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2019.**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

CASULA, Douglas da Silva .

C334p

Políticas Públicas de Habitação Rural no Sudoeste Mato-Grossense. / Douglas da Silva Casula – Tangará da Serra, 2019. 62 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Engenharia e da Saúde, Câmpus de Tangara da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

Orientador: Raimundo Nonato Cunha de França

1. Pnhr. 2. Modernização Campo. 3. Agricultura Família. 4. Moradia Rural. I. Douglas da Silva Casula. II. Políticas Públicas de Habitação Rural no Sudoeste Mato-Grossense.: .

CDU 631.1(817.2)

Bibliotecário: Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

DOUGLAS DA SILVA CASULA

**“POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL NO SUDOESTE
MATOGROSSENSE”**

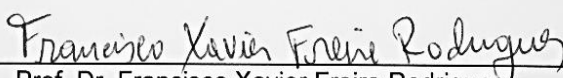
Dissertação apresentada à
Universidade do Estado de Mato
Grosso, como parte das exigências
do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola para
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 06 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Orientador



Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
UFMT – Cuiabá
Membro externo



Profa. Dra. Cleci Grzebieluckas
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Membro interno

TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em memória da minha amada mãe, Sueli Fátima da Silva Casula, que sempre me dizia: “Estudo, é a única coisa que ninguém pode te tirar”. Aos meus eternos mentores André Ximenes de Melo e Sônia Aparecida Beato Ximenes de Melo (Doctors Xmenes) que me apoiaram no que foi possível e nortearam nas mudanças que poderia enfrentar. Ao meu sobrinho Nicolas Casula da Nobrega, que diversas vezes pediu atenção e não consegui oferecer, infelizmente, não entenderá os motivos de diversas vezes não pude ficar com ele, mas no futuro espero que me perdoe. À minha companheira, ciumenta, briguenta, que mais amo, a qual me apoiou nessa caminhada. À minha avó Ignês Casula Beato e avó madrinha Aparecida Zanetti da Silva, que, mesmo distantes, lembro-me das senhoras todos os dias. Dedico também a toda minha família e amigos que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar saúde para enfrentar essas idas e vindas durante o período da pesquisa, sabedoria para lidar com os obstáculos que a vida me sujeitou e força pelas provações que atravessei sempre refletindo nos ditados que minha amada mãe costumava proferir. Ao orientador Raimundo Nonato Cunha de França, uma pessoa sensacional, que me proporcionou essa bela oportunidade para realizar essa Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (PPGASP) e principalmente pelos seus pensamentos que me fizeram refletir e moldar minha forma pensar, não somente como acadêmico, mas como ser humano. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, pela concessão da bolsa de estudos. A todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada, meus sinceros agradecimentos.

“As obras-primas devem ter sido geradas por acaso; a produção voluntária não vai além da mediocridade.”

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO GERAL	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14
ARTIGO 01 - PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL NA MESORREGIÃO DO SUDOESTE MATO-GROSSENSE.	16
ARTIGO 02 - ESTUDO DAS HABITAÇÕES RURAIS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR) NO MATO GROSSO..	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

RESUMO

No Brasil, existem diversas políticas públicas que são direcionadas para as pessoas que vivem e dependem do meio rural, principalmente para a agricultura familiar e povos tradicionais. Porém, grande parte não é acessada ou desconhecem essas políticas. Diante disso, faz-se necessário analisar como essas políticas podem ser eficientes e se satisfazem as necessidades do agricultor familiar em sua moradia, considerando que a cultura dos povos incide diretamente na qualidade de suas habitações. É notável que diversos programas são direcionados a fornecimento de insumos para desenvolverem a região e outros visam a fixação no local. Todavia, muitos ocasionam a retirada de moradores e povos tradicionais do seu meio remanejando-os para regiões desfavoráveis, muitas vezes distantes do trabalho e/ou de ambientes de lazer, ou seja, em regiões periféricas ou periurbanas. A falta de planejamento ao desenvolver políticas públicas habitacionais para os agricultores rurais e comunidades ignora diversas características importantes que alteram a ideologia da habitação. Dessa forma, deve-se levar em consideração a individualidade das famílias e características culturais que influenciam diretamente no modo de morar, causando desgaste fisiológico no ser humano, sabendo que a principal “máquina” que desenvolve as atividades na unidade familiar é o próprio indivíduo, conseqüentemente prejudicará de forma direta na produção agrícola. Em face do exposto, o presente trabalho objetivou analisar o Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR) no sudoeste mato-grossense e seus impactos na qualidade da moradia dos agricultores familiares, para isso, o trabalho foi fragmentado em dois artigos, no qual visou, primeiramente, identificar o perfil dos beneficiários das Políticas de Habitação no campo na mesorregião do estado de Mato Grosso, sendo verificadas as suas características pessoais, das unidades familiares, das moradias adquiridas e suas melhorias e as limitações da Política Pública de Habitação Rural. Já no segundo, delineou-se verificar a influência dos aspectos culturais nas habitações rurais dos beneficiários do programa (PNHR), no qual averiguou as particularidades das moradias antes da política de habitação e pós aquisição, os impactos causados com a moradia oferecida pelo programa e a satisfação com a aquisição. Para tanto, foi sistematizado em seis momentos: a escolha da região a ser analisada; o levantamento das informações junto aos órgãos responsáveis; a interpretação das bibliografias; análise dos dados adquiridos junto à GIHAB/CB da Caixa Econômica Federal; a sintetização dos resultados; e aplicando um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, aplicando com 10% dos beneficiários do PNHR, na mesorregião (sudoeste) do Mato Grosso, entre o período de janeiro à fevereiro de 2018. Infere-se que a casa satisfaz os beneficiários com algumas reformas pontuais, reformas essas que dependem das características culturais, econômicos e familiar do agricultor e de cada participante do programa.

Palavras-chave: PNHR, Modernização campo, Agricultura família, Moradia rural.

ABSTRACT

In Brazil, there are several public policies that are directed to people who live and depend on the rural environment, mainly for family agriculture and traditional peoples. However, much of it is not accessed or ignored. In view of this, it is necessary to analyze how these policies can be efficient and satisfy the needs of the family farmer in their dwelling, considering that the culture of the peoples directly affects the quality of their dwellings. It is noteworthy that several programs are directed at supplying inputs to develop the region and others are aimed at the on-site fixation. Many, however, cause the removal of traditional dwellers and peoples from their environment by relocating them to unfavorable areas, often distant from work and / or leisure environments, ie peripheral or peri-urban areas. Lack of planning when developing public housing policies for rural farmers and communities ignores several important characteristics that alter the ideology of housing. Thus, one must take into account the individuality of families and cultural characteristics that directly influence the way of living, causing physiological wear on the human being, knowing that the main "machine" that develops activities in the family unit is the individual himself, consequently will directly affect agricultural production. In view of the above, the present study aimed to analyze the National Rural Housing Plan (PNHR) in southwestern Mato Grosso and its impacts on the quality of family farmers' housing. For this, the work was fragmented into two articles, firstly, to identify the profile of the beneficiaries of the Housing Policies in the countryside in the mesoregion of the State of Mato Grosso, and verified their personal characteristics, family units, housing acquired and their improvements and the limitations of the Rural Housing Public Policy. In the second one, the influence of the cultural aspects in the rural dwellings of the beneficiaries of the program (PNHR) was outlined, in which it investigated the particularities of the dwellings before the housing policy and post acquisition, the impacts caused by the housing offered by the program and satisfaction with the acquisition. For that, it was systematized in six moments: the choice of the region to be analyzed; the collection of information from the responsible bodies; the interpretation of bibliographies; analysis of the data acquired from GIHAB / CB of *Caixa Econômica Federal*; synthesizing results; and applying a semi-structured form with open and closed questions, applying with 10% of the PNHR beneficiaries in the southwestern mesoregion of Mato Grosso between January and February 2018. It is inferred that the household satisfies the beneficiaries with some reforms that depend on the cultural, economic and family characteristics of the farmer and each participant in the program.

Keywords: PNHR, Modernization field, Agriculture family, Rural housing.

INTRODUÇÃO GERAL

Até meados do século XX, o Brasil, como também outros países da América Latina, era conceituado como um país rural. Neste período, mais de 60%, ou seja, mais da metade da sua população estava em áreas não urbanas (BALSADI, 2001). Essa mudança de cenário ocorreu de acordo com o fortalecimento do período da industrialização atraindo vários trabalhadores para os grandes centros urbanos (BOLSON NOAL e JANCZURA, 2011; PERUZZO, 1984).

A emigração rural colaborou na rápida elevação da população urbana, devido à saída dos agricultores em busca de trabalho nas grandes indústrias, assim, a demanda de pessoas foi superior às ofertas de emprego, contribuindo de forma generalizada para os problemas sociais, incluindo os problemas habitacionais (SANTOS, 2014). Com essas saídas, as regiões rurais se modificaram, devido à forte influência do meio urbano e abrindo espaço para a importância da moradia no campo (BALSADI, 2001). Por isso, houve-se a necessidade de gerar políticas públicas que beneficiassem os agricultores familiares que ficariam prejudicados com essa industrialização (DA VIEGA, 1996).

A partir dos problemas gerados, surgiram as políticas sociais que tiveram sua origem nos movimentos populares, onde nesse período as políticas sociais tinham o contexto relacionado, a educação, saúde, previdência e habitação, para obter respostas, as dificuldades que o estado enfrentava (HOFLING, 2001; TATAGIBA, 2005). O governo com a intenção de mostrar preocupação com as necessidades públicas na área de habitação, buscou intervir criando programas para proporcionar melhorias (AZEVEDO, 1988).

Nesse momento, havia a desvalorização do agricultor familiar, que já vinha em forma de restrição de recursos que poderiam melhorar o bem-estar e futuros investimentos na produção. A partir desse histórico, é possível afirmar que os agricultores familiares enxergam o Programa de Habitação Rural como sendo uma ferramenta necessária para compor ações a serem trabalhadas no desenvolvimento rural e sustentável (ROVER e MUNARINI, 2010). O acesso à moradia na zona rural é uma forma de valorizar, beneficiar e reduzir os riscos sociais da família que vive na região, resultando na possibilidade da sucessão familiar, redução do êxodo rural das

famílias que nasceram e cresceram e proporcionar de fato a base para o desenvolvimento familiar.

Existe um número expressivo de políticas públicas direcionadas ao meio rural no Brasil, principalmente para a agricultura familiar e povos tradicionais (GEHLEN, 2004). O que ocorre é a falta de planejamento em desenvolver políticas sociais na área habitacional para esses povos, a qual é ignorada diversas diretrizes importantes que alteram o resultado satisfatório em uma habitação. Há a necessidade da inclusão de condicionantes na moradia, proporcionando uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares com o propósito de reduzir impactos e favorecer o desenvolvimento daqueles que vivem no meio rural (ROVER e MUNARINI, 2010).

O planejamento da carcaça (moradia) deve ser baseado na exigências existenciais da pessoa (MALARD, 1992), como na teoria de Maslow sugere, a base da necessidade principal humana é segurança, (CHIAVENATO, 2014) de se proteger contra os intempéries (WAGNER, 1998; EGENTER, 1994). Não podendo considerar o homem apenas com uma massa física que utiliza a moradia e ignorar a parte afetiva/sentimental (NEVES, 1989; NEUFERT, 1900).

Em muitas moradias rurais, é de hábito haver um ambiente que possa armazenar alimentos que produzem durante as temporadas das culturas, armazenagem das ferramentas do trabalho de campo e uma despensa para mantimentos, que para sobrevivência, até a próxima ida à cidade (NEUFERT, 1900). Deve-se levar em consideração a individualidade das famílias, características culturais que influenciam diretamente no modo de morar e nas atividades dos agricultores em trabalhar nas culturas causando desgaste fisiológico no ser humano como sendo a “máquina” (29% utilizam força física) (GUANZIROLI, ROMEIRO, *et al.*, 2001) de trabalho na agricultura familiar e conseqüentemente prejudicando de forma direta na produção agrícola.

O incentivo das políticas sociais na área de habitação rural ajuda a valorizar e beneficiar os agricultores familiares, reduzindo a movimentação de famílias para os centros urbanos. No entanto, percebe-se que alguns programas de habitação, negligenciam realizando a retirada de moradores e povos tradicionais do seu meio em que vive e remanejando-os para regiões desfavoráveis, onde muitas vezes, regiões periféricas ou periurbanas dos centros urbanos e ignorando as reais necessidades

que os agricultores familiares precisam, agindo na contramão das necessidades das famílias que vivem no campo.

Assim, faz-se necessário analisar como essas políticas podem ser eficientes e como satisfazem as necessidades do morador rural, levando em consideração a influência cultural dos agricultores que incide diretamente na qualidade de suas habitações e na forma de produção em uma unidade familiar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, S. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): Criação, trajetória e extinção do BNH**, Rio de Janeiro-RJ, 1988.
- BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo-SP, v.15, n. 1, p.155-165, 2001.
- BOLSON NOAL, E.; JANCZURA, R. **A política nacional de habitação e a oferta de moradias**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v.10, n.1, 2011.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. v.9. Ed. Barueri – SP : Manole Ltda, 2014.
- COSTA, V. **Políticas públicas no Brasil: Uma agenda de pesquisas**, v.6, n.2, 2015.
- DA VIEGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.13, p.383-404, 1996.
- EGENTER, N. **Anthropology of Habitat and Architecture**. In: EGENTER, N. **Semantic and symbolic architecture: an architectural-ethnological survey into hundred villages of central Japan**. [S.l.]: Structura mundi, 1994.
- GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural, São Paulo em perspectiva**, São Paulo-SP, v.18, p.95-103, 2004
- GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**, Rio de Janeiro-RJ, p.284, 2001.
- HOFLING, E. D. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes. 2001.
- MALARD, M. L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings.**, 1992. Disponível em: <<http://etheses.whiterose.ac.uk/14633/1/386930.pdf>>. Acesso em: Jan./2017. Tese de Doutorado. University of Sheffield.
- NEUFERT, E. **Arte de projetar em arquitetura: Princípios, normas e prescrições sobre construção, instalação, distribuição e utensílios**. Tradução de Gustavo Gili do Brasil. v.5. Ed. Alemanha: Gili do Brasil, p.431, 1900.
- NEVES, L. P. **Adoção do partido na arquitetura**. Salvador-BA, p.209, 1989.
- PERUZZO, D. **Habitação: Controle e espoliação**, São Paulo-SP, 1984.

ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. **Rural housing policy and the development of family farming.**, v.13, n. 2, p.260-269, 2010.

SANTOS, S. N. **Realidade, significado e expectativas do programa nacional de habitação rural: O caso de Guiricema e São Miguel do Anta – MG.** Viçosa-MG, p.138, 2014. Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica – Universidade federal de Viçosa.

TATAGIBA, L. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate.** Rev. Sociol. Polit. Curitiba-PR, p.209-213, 2005.

WAGNER, O. **Modern architecture: a guidebook for his students to this field of art.** [S.l.]: Getty Publications, 1998.

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL NA MESORREGIÃO DO SUDOESTE MATO-GROSSENSE.

[Caderno Metrôpoles]

RESUMO – Esta produção teve como objetivo analisar o perfil dos beneficiários das políticas públicas de habitação rural (PNHR) na mesorregião do sudoeste mato-grossense. Para tanto, foi sistematizado em três momentos: a escolha da região a ser analisada; o levantamento das informações junto aos órgãos responsáveis; a análise, a interpretação e a apresentação dos resultados, baseados na aplicação de um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, para 20 participantes do PNHR, no período de janeiro à fevereiro de 2018, tendo como resultado a constatação de que a casa satisfaz os beneficiários com algumas reformas pontuais que dependem das características culturais, econômicas e familiar do agricultor e de cada participante do programa.

Palavras-chave: Política pública. PNHR. Agricultura familiar.

ABSTRACT - This production had the objective of analyzing the profile of beneficiaries of public rural housing policies (PNHR) in the south-western meso-region of Mato Grosso. For that, it was systematized in three moments: the choice of the region to be analyzed; the collection of information from the responsible bodies; the analysis, interpretation and presentation of the results, based on the application of a semi-structured form with open and closed questions, for 20 PNHR participants, from January to February 2018, resulting in the finding that the house satisfies the beneficiaries with some specific reforms that depend on the cultural, economic and family characteristics of the farmer and each participant in the program.

Keywords: Public policy. PNHR. Family farming.

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar o perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), no sudoeste do estado de Mato Grosso. O estudo dá ênfase às características pessoais dos beneficiários (gênero, idade, naturalidade, estado civil, número de moradores, escolaridade e renda familiar), dados da propriedade dos beneficiários (dimensão da área, tipo de aquisição, linha de crédito utilizada), agricultura e criação praticadas, aspectos físicos da habitação antes ao PNHR, a satisfação com a unidade do PNHR e melhorias realizadas na habitação após ao programa.

O país possui uma população rural aproximadamente de 29 milhões, e com 957 mil beneficiários do PNHR, tem pouco mais de 3% da população beneficiada pelo programa e essa expectativa é ainda pior a nível estadual (552,321 mil habitantes rurais) com 908 beneficiados, menos de 0,5% de beneficiados (CEF, 2016).

O estado de Rondônia, por exemplo, vizinho ao Mato Grosso, possui uma quantia significativamente superior em beneficiários na zona rural; No geral, Rondônia é o décimo

primeiro em números de beneficiados (6.998) pelo PNHR, o décimo quarto em produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (1,93 bilhões/toneladas), décimo terceiro em extensão territorial (237.500 km²), décimo quarto em renda média da população (R\$ 901,00) e vigésimo terceiro na população total (1.908.788 habitantes). Sendo que o estado de Mato Grosso é o vigésimo segundo em números de beneficiados (908), primeiro em produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (63,4 bilhões/toneladas), o terceiro na extensão territorial (903.300 km²), nono na renda média da população (R\$ 1.247,00) e o décimo oitavo na população total (3.344.544 habitantes).

O estado de Mato Grosso é o primeiro em produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, produzindo quase 30 vezes mais, tem três vezes mais extensão territorial, e a renda média é de 20% maior que o estado de Rondônia. A população de Mato Grosso é próximo da metade da população rondoniense, em habitantes totais na zona rural, porém o Mato Grosso conta com 552.321 habitantes na zona rural e apenas 908 beneficiários do PNHR, enquanto Rondônia por sua vez tem 413.229 habitantes na zona rural e 6.998 beneficiários, sendo que a comparação entre os dois estados se dá por conta de que o Mato Grosso está com 0,20% de beneficiários em relação aos residentes a zona rural e Rondônia está com 2,06% de beneficiários em relação aos residentes a zona rural, isso demonstra que o estado de Mato Grosso ainda apresenta deficiências na aquisição do PNHR.

2. Referencial Teórico

O presente trabalho visa estabelecer diálogos com teóricos que discutiram ou introduziram os conceitos para que deem embasamento para o presente artigo, como, por exemplo, indicar os conceitos que sintetizam as principais categorias relacionadas a êxodo rural, políticas públicas e as políticas de habitação, a fixação do homem no seu *locus* de maneira minimamente aceitável.

2.1. Êxodo rural

No Brasil, a migração campo-cidade é relativamente recente como advertira Santos (2014), o processo de urbanização brasileiro foi lento, mas foi, indubitavelmente, forçosamente acelerado pelo processo de industrialização da década de 1940, pois até esse período o Brasil era um país eminente rural, comportando aproximadamente 60% da população brasileira no campo. (BALSADI, 2001).

Essa acentuada elevação do crescimento nos centros urbanos, foi ocasionada pela industrialização e pelos incentivos do governo brasileiro tentando atrair emigrantes europeus para atuarem nas indústrias (SANTOS, 2014). Nesse período, ocorreu concomitante uma grande crise habitacional, ocasionada principalmente por essa política de atração de emigrantes europeus, atraídos por deterem o conhecimento das práticas industriais (BOLSONOAL & JANCZURA, 2011; PERUZZO, 1984).

Contudo, nessa mesma lacuna temporal, em função da crise do café, muitos trabalhadores acabariam se deparando com um mercado saturado, com concorrência de mão de obra qualificada dos europeus, o que força os agricultores a buscar outras formas de trabalho, em geral, em condições degradantes para sobrevivência. (PERUZZO, 1984). Concomitante, os poucos agricultores que permaneciam no campo continuaram sem apoio e recebendo preços desfavoráveis pela venda de seus produtos (SANTOS, 2014). No entanto, a população rural era considerada masculina em 1940 (Figura 1), apresentava 28.356.133 habitantes, sendo 14.449.615 homens e 13.906.518 mulheres, ou seja, 3,91% a mais de homens em relação as mulheres e essa proporção de ter mais homens que mulheres chegou a 8,97% no final de 2010.

Para certas sociedades, a cultura do sexo feminino trabalhar fora de casa é considerada como inconveniente para o homem (LARAIA, 2001). As mulheres começaram a questionar sobre essa identificação do trabalho doméstico ser exclusivamente para o sexo feminino, e que movimentos de mulheres lutavam para conseguir sua parcela no mercado de trabalho, como assalariadas (GIFFIN & CAVALCANTI, 1999).

Esse conceito tem sido modificado, segundo Giffin e Cavalcante (1999), a década de 1970 mostrou que o trabalho remunerado fora de casa era visto pelos maridos “como um mal apenas temporariamente necessário” e décadas posteriores (80 e 90), o trabalho da mulher já era aceito e os maridos afirmavam “que trabalhar fora é bom para a própria mulher”.

Em 1970, a taxa de fecundidade do meio rural era 7,7%, maior que o urbano com 4,6%, tendo o ápice em 1980 aproximadamente (78%), no entanto, ainda o campo (6,4%) possuía com maior fecundidade que as mulheres do meio urbano com 3,6%, e, em 2000, chegando na zona rural chegava a 3,5% e no urbano nos seus 2,2%.

Camarano e Abramovay (1999) apontavam que a relação entre homem e mulher na zona rural é de 4,1%, em 1950, e 8,9%, em 1996, que no campo há um crescente masculinização na zona rural e a por outro lado ocorreu uma forte migração da população do sexo feminino da zona rural para os centros urbanos. Já para Schneider (2003b), as mulheres saem do campo na tentativa de buscar trabalho como assalariada na cidade, deixando, em muitos casos, o marido atuando sozinho na agricultura familiar.

Com forma de gerar respostas aos problemas sociais econômicos ocasionados pelo rápido crescimento urbano devido à industrialização acelerada resultando na urbanização desordenada (STONE, 2006), o Estado criou políticas sociais para enfrentar os problemas da urbanização acelerada, entre elas: educação, saúde, previdência e habitação, para tentar obter respostas para os problemas que o estado enfrentava (HOFLING, 2001; TATAGIBA, 2005).

Um destes enfrentamentos foi a necessidade de criação de uma Política de Habitação Rural voltados para os agricultores de tipo familiar como forma de contribuir para o desenvolvimento rural (ROVER & MUNARINI, 2010). Como as regiões rurais vêm se modificando, dando maior importância ao espaço para as moradias, devido à forte influência do meio urbano (BALSADI, 2001). A inclusão de condicionantes na moradia proporciona uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, assim causando impactos importantes e favorável no desenvolvimento daqueles que vivem no meio rural (ROVER & MUNARINI, 2010).

Nos centros urbanos, é comum as pessoas realizarem modificações em suas moradias, para satisfazer as necessidades que as diretrizes dos programas de habitação tentam proporcionar de forma generalizada, no entanto da mesma isso ocorre no meio rural, sabendo que o agricultor familiar utiliza o local como moradia e local de trabalho, dessa forma não se pode generalizar cidade e campo.

A realização de melhorias nas moradias adquiridas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) é uma forma de mostrar que os beneficiários estão interessados em evoluir no meio rural, criando uma expectativa de se fixar e criar vínculo com a zona rural. O incentivo as políticas sociais ajudam a valorizar os agricultores familiares e o PNHR é uma das formas de buscar valorização e redução do êxodo rural, proporcionar a sucessão familiar no meio rural, redução da mão de obra não qualificada nos centros urbanos, redução das periferias ocasionadas pela falta de moradia e a redução da possibilidade da saída da região dos agricultores familiares.

3. Métodos e Técnicas

3.1. Local de estudo e população

O estado de Mato Grosso é formado pelos biomas do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia, o Bioma da Amazônia é composto com espécies, plantas e animais, com um ecossistema frágil e suscetível a interferência do homem, podendo ocorrer danos

irreversíveis; o Cerrado, composto por diversas etnias que sobrevivem das riquezas naturais existente, com solo degradado e uma ampla variedade de biodiversidade; o Bioma Pantanal, também conhecido como Chácos Paraguaios; o Pantanal é uma planície alagada que protege diversas espécies ameaçadas de extinção (IBGE, 2005).

Quadro 1– Municípios localizados os beneficiários do PNHR.

BENEFICIÁRIO	MUNICÍPIO	GÊNERO	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL
1	Mirassol D'Oeste	M	SP	63	SEPARADO
2	Mirassol D'Oeste	M	SP	56	VIUVO
3	Mirassol D'Oeste	M	SP	58	CASADO
4	Mirassol D'Oeste	F	SP	60	CASADO
5	Mirassol D'Oeste	F	SP	57	CASADO
6	Mirassol D'Oeste	F	SP	61	CASADO
7	Porto Esperidião	M	SP	56	CASADO
8	Porto Esperidião	M	BA	53	CASADO
9	Porto Esperidião	M	SP	62	CASADO
10	Porto Esperidião	F	GO	58	CASADO
11	Porto Esperidião	M	SP	61	CASADO
12	Porto Esperidião	M	MT	28	SOLTEIRO
13	Porto Esperidião	F	SP	63	VIUVO
14	Glória D'Oeste	M	MT	48	CASADO
15	Glória D'Oeste	M	MG	59	SOLTEIRO
16	Glória D'Oeste	F	SP	41	CASADO
17	Glória D'Oeste	M	MG	51	CASADO
18	Glória D'Oeste	F	SP	73	DIVORCIADO
19	Glória D'Oeste	F	MT	32	CASADO
20	Glória D'Oeste	F	SP	49	CASADO

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A região de estudo escolhida foi o sudoeste mato-grossense, segundo IBGE (2016), é composta por 3 microrregiões (Alto Guaporé, Jauru e Tangará da Serra), que envolve 21 municípios, com uma área de aproximadamente 72.064 km² e uma população aproximada de 320,119 habitantes, 77,3% no perímetro urbano e 22,7% na zona rural, com uma densidade populacional de 4,2 habitantes/km². O estudo foi delimitado pelos beneficiados do PNHR no sudoeste mato-grossense e esses 202 beneficiados estão distribuídos na microrregião de Jauru (CEF, 2016), mais precisamente próximo de Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião e em Glória D'Oeste, a pesquisa foi restrita, em 10% dos 202 agricultores familiares beneficiados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Nas listagens dos beneficiários do PNHR, adquiridas junto aos órgãos públicos, foi selecionada a mesorregião do sudoeste mato-grossense por consistir numa região

relativamente mediana de beneficiários para análise dos dados e por envolver diversos assentamentos na mesorregião (INCRA, 2017).

Na seleção da amostra para a coleta de dado, foi utilizada a listagem fornecida pela Caixa Econômica Federal (GIHAB/CB), nome dos beneficiários e município como ponto de partida, determinando em quais cidades os beneficiários estariam localizados. Dessa forma, foi feito o planejamento do percurso a ser realizado, bem como roteiro de entrevistas.

A partir disso, buscou-se as prefeituras por serem órgãos entidade organizadora e mediadores junto aos agentes financeiros (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) para determinar que região estariam exatamente os beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A localização dos pesquisados foi aferida *in loco* com GPS (Garmin Etrex-10) e geometricamente demarcado dentro da microrregião do Jauru, no sudoeste do estado Mato Grosso, em um quadrilátero entre 15°27'55" S a 15°53'03" S e 58°00'18" O a 58°93'69" O.

3.2. Procedimentos metodológico

A pesquisa é qualitativa com viés bibliográfico, descritiva e de campo (com aplicação de formulário), com uso de técnicas quantitativas para sistematização dos dados. De acordo com Goldenberg (2011), a pesquisa qualitativa permite a compreensão de nuances que os dados por si só não revelam, mas que o contato da pesquisa com campo e seus sujeitos revelam com maior nitidez.

O levantamento dos dados do PNHR dentro do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi realizado junto à Gerência de Executiva de Habitação de Cuiabá –MT (GIHAB/CB), onde a Caixa Econômica Federal, é a entidade organizadora financeira, pela operacionalização das habitações.

O método de procedimento realizou-se levantamento bibliográfico utilizando leis, livros, artigos, teses, dissertações e envolveu a pesquisa documental, levantar e discutir dados sobre programas, projetos e ações de políticas públicas para o meio Rural. Dessa maneira, o material serviu para reflexão sobre o processo avaliativo da pesquisa de campo (GIL, 2008). A pesquisa documental e bibliográfica é de grande importância para o estudo e análise das informações sobre a temática, assim embasando tais informações apropriadas ao estudo (SEVERINO, 2007).

Também foram utilizadas fontes primárias, por meio de formulários semiestruturados, contendo questões abertas e fechadas. A organização prévia do formulário é necessária, visando agilidade na pesquisa de campo, lembrando que essa fase se utiliza a maior parte do tempo do estudo (MARCONI & LAKATOS, 2003). Inclusive observar os fatos, registrá-los,

analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e não deixando que os valores, crenças pessoais o afete previamente sobre o fato relacionado à pesquisa e nem se predispondo sobre o bom, mau, justo ou injusto (GIL, 2008). As pesquisas descritivas objetivam a descrição das características de determinada população ou fenômeno no caso dos beneficiários do programa nacional de habitação rural, sendo este o intuito do presente trabalho (GIL, 2002).

3.3. Técnicas de coleta

A técnica de coleta teve uso de fontes primárias, utilizou-se o delineamento tipo *Survey*, com aplicação de questionários semiestruturados contendo questões abertas característica da pesquisa e fechadas. As questões foram formuladas em função da teoria, de maneira que permite responder os objetivos da pesquisa (BABBIE, 2003).

Os procedimentos utilizados de forma metodológica consistem numa série de normas e etapas a serem seguidas. De acordo com Vergara (2003), “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. Nesse sentido, o delineamento do caminho a ser percorrido é importante e se apresenta de forma objetiva essas ações.

As questões foram formuladas de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa. De acordo com Babbie (2003), o questionário é um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar das pesquisadas respostas por escrito ou verbalmente acerca do assunto sobre o qual saibam opinar ou informar.

Para Gil (2002), ao se elaborar um questionário deve ser considerado o formato e o teor das questões, a formulação e o número de perguntas, a ordem das perguntas, entre outros. No que se refere à sua aplicação, é necessário propiciar o momento adequado e estabelecer confiança para que o entrevistado possa se sentir seguro para responder as questões.

4. Resultados e Discussão

4.1. Características pessoais dos beneficiários

4.1.1. Quanto ao sexo

A maioria dos agricultores familiares beneficiados pelo PNHR na mesorregião é formado por 53% masculino, e, 47% feminino, o que demonstra certo equilíbrio entre os

beneficiários masculino e feminino. Diferente do total de beneficiários no estado, segundo a Caixa Econômica Federal (2017), no Mato Grosso, 66% são mulheres beneficiadas no PNRH.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2018), no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, incentiva o acesso e controle sobre os bens e meios produtivos, como forma para garantir a igualdade de gênero e o empoderamento da figura feminina, “as mulheres continuam a ter, sistematicamente, menos acesso e controle sobre uma série de recursos produtivos” e de bens. Apesar disso, o percentual elevado da figura feminina no Mato Grosso se dá pela preferência das mulheres na aquisição do Programa Nacional de Habitação Rural, que é respaldado pela Lei nº 11.977 de 2009, no art. 73ª, onde é assegurada a aquisição do programa por mulheres chefe de família (MINISTERIO DAS CIDADES, 2009).

Alguns autores evidenciam a permanência da figura feminina no campo pela existência de uma sociedade tradicional, onde é “natural” os homens saírem em buscar de trabalho, muitas vezes acabam em situações de trabalhos precários deixando a mulher no campo. Dessa forma, as mulheres têm se adaptado perfeitamente com suas necessidades na ausência dos homens, assumindo os serviços da casa juntamente com os do campo (GONÇALVES, 2001). Assim, cada vez mais, mulheres têm ocupado o espaço no campo, mesmo com traços de uma estrutura patriarcal muito forte existente no Brasil, percebe-se mudanças nessa forma típica de hierarquia do homem sobre a mulher na família, (DRAIBE, 2007).

“Minha ex-mulher separou, porque não queria viver no campo, não via futuro no campo” (Beneficiário-1)

Para Heredia & Cintrão (2012), um dos principais motivos da saída da figura feminina do campo é a falta de infraestrutura que acessam as casas, como por exemplo a canalização de água, que dificulta as atividades e serem realizadas na moradia e também na unidade produtiva, lembrando que a fonte principal na agricultura é a água. Heredia (1979) já afirmava que a casa não é o local de atividade exclusiva do âmbito feminino, onde é considerada local de consumo, dos resultados produzidos na unidade produtiva familiar, que muitas mulheres também atuam nas atividades do “roçado”.

No entanto, o que se vê é que mesmo com a mudança nas tradições da sociedade, como a mulher trabalhando no campo, pelo respaldo da lei em beneficiá-las e da preferência na aquisição casa pelo Programa, essas formas e ferramentas não são vistas na zona rural, porque mesmo assim as mulheres têm buscando melhores condições fora do campo, seja pela questão financeira, qualidade de vida ou condições de acesso aos direitos sociais disponíveis no meio urbano.

4.1.2. Estado civil

Em relação ao estado civil, conforme a relação da Caixa Econômica Federal disponibilizada dos beneficiários do PNHR no estado de Mato Grosso, foi verificado que 69% do grupo dos individuais (separados, solteiros, divorciados e viúvos) a figura feminina se destacou com 51%.

No censo em 2010, na zona rural no estado de Mato Grosso, a quantidade de casais aproximava a 35% e solteiros, desquitados, viúvos e divorciados chegavam aos 65% (IBGE, 2010). No censo do IBGE (2017) mostrou que no sudoeste mato-grossense, 83% são homens e 17% mulheres e desse total de agricultores, 60% das unidades produtivas são dirigidas por casais e 40% por não casados (5% viúvos, 32% solteiros e 3% divorciados), nas quais somente 17% são mulheres e 23% são homens.

Todavia, o que foi constatado entre os pesquisados *in loco* é que, a formação é composta por: 70% casados e 30% não casados, os “não casados” são os separados, solteiros, divorciados e viúvos, e desse grupo, 67% são homens e 33% mulheres, isso sugere o oposto do que foi verificado pela Caixa Econômica Federal.

Para Heredia & Cintrão (2012), a realidade na zona rural de outros estados é ainda mais alarmante, no Nordeste mais da metade da população são mulheres asseguradas pela previdência social, e desse total, 71% ainda se encontram viúvas, vivendo no campo, com idade avançada e dependendo da seguridade social, isso acontece porque os homens, são mais predispostos a terem novos casamentos.

Então, pode-se dizer que, o índice da Caixa Econômica Federal constata que há mais mulheres não casadas no campo do que homens, isso se dá talvez pelo respaldo na preferência feminina na aquisição do programa e ao contrário a essa opinião, nos censos do IBGE, mostra que há mais homens não casado (23%) do que mulheres no meio rural, porém com um “estímulo” na formação de unidade produtiva por casais.

4.1.3. Idade

Na amostra, a idade relativa entre dos beneficiados, é em média de 54 anos, (Homem 54,1 e Mulher 54,8). Do grupo dos casados, 79% dos homens têm idade superior ao cônjuge, 7% o casal tem a mesma idade e 14% os homens tem idade inferior ao cônjuge.

Na pesquisa de Camarano e Abramovay (1999), a idade relativa da população rural é ainda melhor, onde foi encontrado mais homens do que mulheres no campo, com uma faixa etária a partir dos 30 até os 40 anos. O censo no sudoeste mato-grossense, foi diagnosticado que 60% são casados, desse total 66,5% são homens com faixa etária entre 35-59 anos e

73% são mulheres entre 30-54 anos, e do grupo de não casados (40%) se destacaram as mulheres, com 69,5% sendo viúvas e vivendo na zona rural (IBGE, 2017).

No Mato Grosso essas proporções de pessoas solteiras estão numa faixa etária entre 15 à 54 anos, e a figura feminina é maior na zona urbana, já da figura masculina é inversamente da feminina, sendo maior no meio rural que na zona urbana, e as mulheres que predominantemente ficaram na zona rural, são as casadas (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

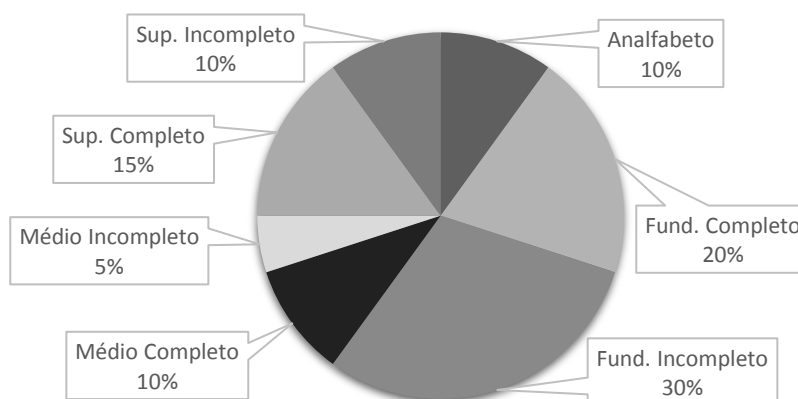
No campo da pesquisa, não foi detalhada a relação formal das pessoas, ou seja, se moravam juntos foram considerados casados, se estavam na condição de morar sem cônjuge eram considerados individuais ou sozinhas (não casados). Um fato relevante é que, das pessoas que moram sozinhas, 83% tem idade acima de 55 anos, o que implicaria na sucessão familiar, notando-se também o êxodo rural, de parte dos filhos já saíram e a impossibilidade por parte da figura feminina não gerar mais filhos.

4.1.4. Escolaridade

A escolaridade dos beneficiários (Figura-2) apresentada é de que 10% são analfabetos, 50% possuem fundamental completo ou Incompleto, isso significa que metade da população pesquisada sabe ler, escrever e realizar contas básicas. Isto revela, segundo a confirmação das pesquisas, o avanço do processo educacional na região rural.

Para o Ministério das Cidades (2017), a instrução escolar dos agricultores familiares que acessaram as moradias pelo programa ainda é pior, chegando as pessoas sem instrução chega a 12%, e 47% com ensino básico incompleto, isso mostra a fragilidade da escolaridade nas zonas rurais, entre os beneficiários do programa.

Figura 1 – Escolaridade dos beneficiários do PNHR.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Segundo Hochman, Arretche & Marques (2007), o baixo nível de escolaridade está relacionado com as famílias de baixa renda, já para Madeira (2014), está relacionado também para pessoas idosas e aqueles que moram no meio rural, contrapondo-se a realidade pesquisada, onde foi encontrado 40% dos pesquisados com nível médio e superior. Porém para Schneider (2003b), o baixo nível escolar está relacionado as distancias entre os locais de moradias (zona rural) com as escolas de ensino fundamental e médio (zona urbana), no entanto as distancias das regiões pesquisadas no máximo em cinco quilômetros do centro urbano, o que pode ter contribuído para a educação desses 40% dos pesquisados.

Em outras regiões do país, existem jovens que vivem em perímetros municipais, dentro da zona rural que tem a perspectiva de se qualificarem e permanecerem na região, no entanto a falta de qualidade no transporte para regiões próximas, favoreceria a descontinuidade dos estudos (CARNEIRO, 1998).

Os fatores constatados, a existência de uma relação entre a faixa etária dos beneficiados com escolaridade na região, onde quanto maior a idade, menor é índice de escolaridade, ou seja, os beneficiários com mais experiência de vida, tiveram uma escolaridade relativamente baixa e os mais novos, possuíram um nível escolar maior, o que pode ter causado essa relação e que as regiões pesquisadas tinham acesso direto as unidades públicas de educação ou ao transporte escolar para acessar os mesmos.

4.1.5. Naturalidade

Quanto à naturalidade, 60% vieram do estado de São Paulo, 25% do Mato Grosso e os outros 5% de Minas Gerais, Goiás e da Bahia (Quadro-2). Essa excessiva quantidade indivíduos de outros estados deu-se, sobretudo, com a política de abertura da fronteira agrícola, empregadas pelos militares (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999; FAUSTO & FAUSTO, 1994).

Quadro 2 – Naturalidade dos beneficiários do PNHR.

	SP	BA	MT	MG	GO
HOMEM	30%	5%	15%	5%	0%
MULHER	30%	0%	10%	0%	5%
TOTAL	60%	5%	25%	5%	5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na busca de novas terras, essas mudanças para outras áreas sempre geram grandes incertezas, na fixação em lugares desconhecidos, em iniciar as atividades, na tentativa de

desenvolver economicamente e social. Para isso, os agricultores utilizam somente a base cultural, toda a tradição adquirida pelos familiares, as virtudes e os modos viver no campo para enfrentar o presente e prepara o futuro, principalmente em questão de atividades de campo e na transferência de conhecimento (WANDERLEY, 1999).

Analisa-se que, entre mato-grossenses, 20% tem o ensino superior completo, isso demonstra que aqueles que possuem maior a instrução escolar saíram para os centros urbanos em busca de melhor condição, e retornaram a zona rural.

Essa migração de jovens do campo para o meio urbano, se dá pela ambição na qualificação e pela melhoria nos meios de comunicação e transporte, que viabilizou o maior acesso aos centros urbanos (BRUMER, 2004). Porém existem jovens que buscam qualificação e pensam em retornar ao campo após conclusão da faculdade, porém grande parte, preferem permanecer nos centros urbanos, já outros só demonstram interesse por haver um estímulo na infraestrutura básica na zona rural (CARNEIRO, 1998).

4.1.6. Habitantes

Com relação ao número de habitantes por moradia, 5% dos pesquisados moram sozinhos, 25% em 2 pessoas, 20% em 3 pessoas, 30% em 4 pessoas e 20% em 5 pessoas, ficando em média 3,35 habitantes por moradia. Fisicamente, as moradias dos beneficiários suprem as necessidades de acordo com a dimensão familiar em 80%, e que os outros 20% corresponde a famílias com mais que 4 pessoas.

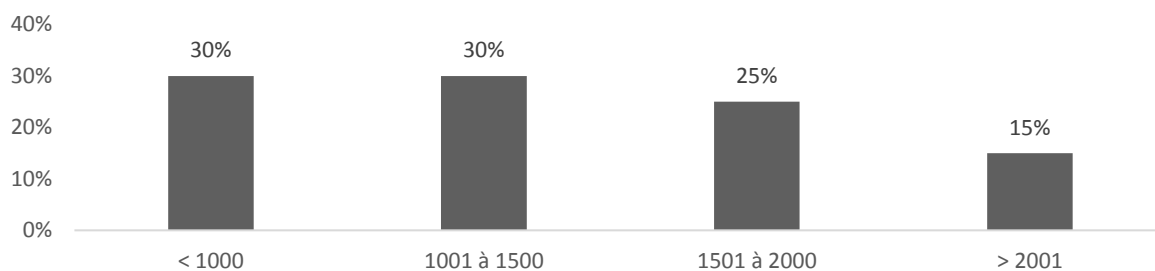
Evidencia-se, assim, a importância da coletar dados dos agricultores familiares, são essenciais para se verificar as necessidades e atividades que serão realizadas na habitação, deve-se levar em consideração características da família, seus hábitos, quantidade de habitantes e costumes (NEVES, 1989).

Uma opção, sugerida por Neufert (1900), é a construção de casas ampliáveis, na qual o núcleo principal das moradias devem ser mantidos, caso futuramente haja o aumento da família, a casa pode ser ampliada de forma que beneficie a todos. Para isso deve ser provisionado os mobiliários e materiais nas diretrizes da Caixa Econômica Federal, assim como diz Neufert (1900): “sem interromper o trem da vida, à medida que exijam necessidades ou permitam as possibilidades financeiras do proprietário” ele amplia ou reforma a moradia de acordo com a necessidade familiar.

4.1.7. Renda familiar

Foi constatado que a renda média familiar dos pesquisados, é de R\$ 1.262,93 (Figura 3), no entanto a renda média nível nacional é de R\$ 1.268,00 e do Mato Grosso 1.247,00 com a renda média do Brasil (IBGE, 2017). Isso mostra que os agricultores familiares entrevistados detêm uma renda média familiar, superior que a do estado e próximo da média Brasil.

Figura 2 – Renda média das famílias dos beneficiados pelo PNHR.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Deve-se entender que a elevação da renda entre os agricultores tem, conseqüentemente, a melhoria nas condições de suas moradias, assim, se os agricultores têm um aumento na renda e obtêm moradia apropriada resulta em um estímulo no comércio local (SCHNEIDER, 2006).

Alguns autores afirmam que o agricultor familiar é valorizado quando obtêm apoio dos governos por meio de programas, dessa forma, o mesmo é capaz de desenvolver na região, formar a própria renda e também da sua subsistência. Para valorizar o agricultor, não se trata de gerar política públicas específicas ou detalhadas para “forçar” a produção agrícola e sim criar políticas para “fortalecer e estimular o desenvolvimento” daqueles que atuam no campo e assim inserir-se no mercado competitivo (BUAINAIN, ROMEIRO & GUANZIROLI, 2003; ABRAMOVAY, 1998).

A geração de políticas públicas para estimular a infraestrutura básica na zona rural fortalece as atividades locais e viabiliza melhores condições socioeconômicas dos agricultores familiares, gerando melhor renda para os agricultores, evitando mediadores na venda de seus produtos, com menor custo no deslocamento e maior agilidade no acesso aos clientes.

4.1.8. Linha de crédito utilizada

Os objetivos principais da agricultura no Plano Plurianual (PPA) do Brasil é promover o desenvolvimento socioeconômico, da sustentabilidade ambiental, gerar formas de empregos e reduzir as desigualdades. Porém esses objetivos são gerais, para os agricultores

que comercializam como também para os que praticam a agricultura para subsistência (WYE GROUP/FAO, 2011; HEREDIA & CINTRÃO, 2012).

Porém, na tentativa de fomentar o desenvolvimento por meio das políticas públicas e reduzir essa desigualdade entre agricultor patronal e familiar, o governo criou diversos programas para ampliação da produção, comercialização, construção, crédito e para geração de emprego e renda rural em unidades familiares.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das políticas econômica criada, no art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero e alterado posteriormente em 14 de outubro de 2011, para Lei nº 12.512. Tem por objetivo a aquisição de alimentos dos agricultores familiares que se enquadram no PRONAF, são isentos de licitação e devem praticar preços de referência local, não sendo superiores aos praticados nos mercados das regiões (MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015)

Uma das primeiras políticas sociais voltadas aos agricultores familiares foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com várias vertentes, foi criado pelo Decreto Nº 1.946, de 28, de Junho, de 1996, e é destinado para investimento nas atividades da agricultura, não pecuária em áreas rurais e em áreas de comunidades, onde promove o desenvolvimento dos agricultores familiares que utilizam por meio desse investimentos, como aquisição de equipamentos, insumos ou materiais de trabalho para unidade familiar (AQUINO & SCHNEIDER, 2015).

Nesse caso, foi constatado que 35% tiveram acesso ao Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os outros 65% não acessaram ou não quiseram acessar o Programa. Segundo IBGE (2017), para os agricultores familiares que acessaram ao Pronaf, 83% não acessaram e 17% acessaram ao PRONAF, porém desses que acessaram 49% foi utilizado para investimentos na área, 40% para custeio 10% para manutenção e somente 1% para comercialização.

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma política social, é vertente do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do governo federal que tem objetivo oferecer habitação de qualidade àqueles que vivem no meio rural (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

*“Antes chovia dentro de casa, estragava tudo, todo mês tinha que comprar novamente as coisas [móveis e eletrodomésticos]”
(Beneficiário-1).*

Diante disso, o PNHR é um programa social que ainda não é de conhecimento de grande parte da população rural, menos de 0,5% da população acessou o Programa Nacional de Habitação Rural e não sabem, que grande parte dos agricultores familiares, quando vieram se fixaram em situações precárias, isso mostra a deficiência da informação do programa.um

programa que permitiria o incentivo e o desenvolvimento real para as famílias, viabilizando a fixação com qualidade de vida, produzindo segurança no bem-estar social e o crescimento econômico da unidade familiar.

4.2. Dados da propriedade dos beneficiários

4.2.1. Dimensão da área

Com relação as extensões territoriais dos agricultores familiares beneficiados, os mesmo possuem área em média de 22 alqueires paulista, essa terminologia é utilizada *in loco* (alqueire paulista equivale a 2,42 hectares ou 24.200 m², e um hectare equivale a 10.000 m²), sendo o menor com 5 alqueires e o maior com 64 alqueires paulista (IBGE, 1948).

Nos estados do Sul do Brasil, utilizam-se a nomenclatura hectares para dimensionar extensão territorial, o INCRA por sua vez, utiliza em módulos fiscais, mas em hectares e já outros estados usa-se alqueire, seja ele paulista, mineiro, goiano ou baiano. Observe que essas diversidades de dimensão também podem ser determinadas por uma questão de área, onde as áreas médias variam relativamente de região para região onde os estabelecimentos familiares estão localizados. Assim criando diversas nomenclaturas, seja para maior ou para menor.

No estado do Paraná os agricultores rurais possuem áreas entre 7 e 15 ha, porem no Nordeste a área média 17 ha e já no Centro Oeste, se encontram as maiores áreas média 84 ha (GUANZIROLI, ROMEIRO, BUAINAIN, SABBATO, & BITTENCOURT, 2001). Essa variação nas medidas com relação as nomenclaturas assim propriamente ditas, devido as dimensões das terras divididas pela quantidade de famílias, causando uma “quebra” nas medidas.

O tamanho dos lotes dos assentamentos determina e é determinado pelo número de famílias assentadas numa área. Assim, se o tamanho dos lotes não é de simples casualidade ou da vontade de alguma pessoa ou grupo, também não há medidas gerais e homogêneas (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, & CINTÃO, 2004). Essa diversidade pode abrir espaço para a diferenciação interna em assentamentos.

4.2.2. Ocupação profissional e atividades desenvolvidas na área

Em relação às atividades desenvolvidas pelas unidades familiares classificam as seguintes plantações: milho (29%); mandioca (18%); banana (12%); batata doce (8%); e

abacaxi (8%). Entre os agricultores nordestinos, é de conhecimento deles a época certa para realizar os plantios. Nesse período buscam diversificar no plantio para ter maior êxito na colheita e onde também, todas as tarefas são divididas na família, do preparado da terra, plantio e colheita, as crianças 6-10 anos trabalham nos serviços da casa e após essa idade começam a atuar diretamente no campo junto com os pais (HEREDIA, 1979).

Observe que não se pode ignorar as diversidades entre os agricultores familiares locais e regionais existentes no Brasil, importante entender essas variedades para saber sua potencialidade e suas fraquezas e dessa forma buscar soluções para as particularidades (BUAINAIN, ROMEIRO & GUANZIROLI, 2003). A agricultura familiar é uma das que mais detém a capacidade de modificar-se conforme as necessidades e de atuar com diversas culturas, como forma de obtenção e geração de renda no campo ou para subsistência (GUANZIROLI, ROMEIRO, BUAINAIN, SABBATO, & BITTENCOURT, 2001; DA VIEGA, 1996).

Na criação de animais são: gado (23%); vaca (leiteira) (23%); galinha (19%); e porco (16%). Essas atividades são fontes exclusivas de renda de 35% dos pesquisados, outros 26% complementam a renda como assalariados e os restantes dos 39% são aposentados. É comum encontrar em diversas unidades familiares a realização de outras atividades além da agricultura, assim as famílias conseguem agregar outras fontes de renda no mesmo local de trabalho, configurando a pluriatividade das famílias (SCHNEIDER, 2003a).

No entanto, existe uma parcela desses agricultores familiares que possuem renda inferior a meio salário mínimo (DA SILVA, 1999). Já para Schneider (2006), em estudo realizado, confirmou que mesmo com diversas estratégias de expansão na agricultura familiar, os agricultores ainda não conseguem estimular o desenvolvimento suficiente para manter uma renda apropriada constante na unidade familiar.

4.2.3. Tipo de aquisição

4.3. Aspectos físicos da habitação antes ao PNHR

Quadro 3 – Características descritas da primeira moradia antes de serem beneficiados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Estrutura	%	Piso	%	Esquadrias	%	Cobertura	%
Alvenaria	25%	Cerâmica	15%	Alumínio	0%	Telha Cerâmica	50%
Lona	10%	Contra Piso	50%	Ferro	15%	Telha Fibrocimento	30%
Madeira	45%	Chão	35%	Madeira	85%	Telha Isotérmica	0%
Palha	20%			Vidro	0%	Telha Lona	20%
Taipa	0%						

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelo autor, 2018.

As condições das moradias originalmente dos beneficiários ficou perceptível (Quadro 3) como os agricultores familiares viveram em situação degradante e o quanto é importante a moradia para aqueles que obtiveram terras seja ela por herança (75%), com recurso próprio (20%) ou para usufruto (5%), e a tipologia da propriedade pode influenciar em futuros investimentos na área.

O IBGE (2017) informou no Censo que, do total de unidade produtivas no Mato Grosso (22.880), as condições das terras eram: 90,55% são próprias, 2,05% concedida sem titulação da área, 3,25% arrendadas, 1,45% em parcerias e 2,70% ocupadas.

Um critério importante para se realizar investimento na área é a situação da terra, onde somente sendo legalizada de real posse do agricultor pode-se gerar o estímulo em buscar melhorias para unidade produtiva.

Assim, como forma de desenvolvimento e de permitir o acesso a moradias digna, o PNHR proporcionar moradias com infraestrutura apropriada. Essa melhoria é significativa para quem as utiliza, conforme Shaw (2004) enfatiza, quando as moradias estão em condições ruins, isso quer dizer, com a elevação da humidade mais a combinação de pouca ventilação, resulta na geração de micro-organismos e fungos, gerando problemas de saúde aos moradores da casa.

4.3.1. Melhorias realizadas na habitação após adesão ao Programa.

Na elaboração do projeto habitacional (R1-2B-43C.2017), a Caixa Econômica Federal determina algumas diretrizes que as unidades habitacionais (UH) devem ter, como ambientes, metragem máxima e método de construção, “a residência unifamiliar (casa) térrea deve conter sala, 2 quartos, banheiro, cozinha e tanque externo sem cobertura, área útil de 38,40 m²” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

Esses parâmetros determinados servem como norteadores para desenvolver habitações apropriadas para zonas urbanas e com famílias até 4 pessoas, visto que os ambientes já pré-definidos (sala, cozinha, banheiro, lavanderia e 2 quartos), visa favorecer quem vive em centros urbanos. Ao contrário disso, Neufert (1900) enfatiza existência de outros ambientes além daqueles já existente nas casas rurais, como, uma despensa, um armazém e um depósito para ferramentas.

Outro dado constatado foi que 35% dos agricultores realizaram alguma reforma ou construção na casa adquirida, e desse total, 50% construíram uma varanda (não prevista), para proteção solar dos moradores ou automóveis ou para lazer, 33% uma lavanderia coberta (vetada pela Caixa Econômica Federal, 2015) e 17% uma despensa, para guardar equipamentos, insumos e alimento em geral (NEUFERT, 1900).

Uma forma de amenizar esses problemas é a realização de casas modulares que favorece e provisionam futuras ampliações (novos ambientes), além dos ambientes tradicionais, a primeira ampliação da moradia pode acontecer na geração de mais um quarto ou banheiro (NEUFERT, 1900). Famílias com mais filhos e de sexos diferentes há necessidade de mais ambientes apropriados, sendo um quarto para os meninos e outro para as meninas.

4.3.2. Satisfação com a unidade do PNHR

Como uma forma de verificar a satisfação do Programa na região pesquisada, constatou-se que 10% considera o programa como excelente, 30% muito bom e 20% bom, assim, 60% dos beneficiários consideram o programa muito bom para sua família.

“Melhorou muito a casa, do conforto ao dormir, a vontade de ter as coisas arrumadinha nova” (Beneficiário-1).

“Foi excelente [sorrindo]” (Beneficiário-2).

Os 40% dos agricultores familiares que consideraram o Programa como: insatisfeito (15% ruim e 25% péssimo) demonstram descrença quanto ao programa. Essa desconfiança ficou evidente como se denota das falas abaixo. Os fatores dessa descrença se dão pelo fato de não terem sido entregue as moradias estabelecidas pelo Programa (PNHR) e prometida pela prefeitura municipal da região (entidade organizadora), sendo que já haviam firmado contrato com a Caixa Econômica Federal (agente financeiro) é o órgão responsável pela formalização do financiamento.

“Sofrimento e tristeza de não ter a casa, de ter que ir e voltar todo dia na propriedade” [A casa está no alicerce e com algumas fiadas de tijolos, porém com a demorar da conclusão boa parte da estrutura já caiu] (Beneficiário-16).

“Muita raiva, o prefeito e a construtora ficaram com dinheiro que foi liberado pela Caixa Econômica Federal” [A construção começou e parou no alicerce e está até o momento] (Beneficiário-17).

Esses tipos de falhas na aquisição de programas sociais retiram a esperança da conquista de uma moradia digna e justamente daquelas pessoas que mais necessita, além disso, prejudica a credibilidade do programa, por problemas causados no meio do processo de aquisição, assim afetando o público que mais precisa. Para isso o *feedback* é uma ferramenta que pode mostrar os resultados que a política pública está gerando diante da necessidade e o quanto está sendo ineficiente na solução dos problemas (SOUZA, 2002).

4.4. Limitações do PNHR

No PNHR sugere a formação de Comissão de Representantes (CRE), que é composto por 2 (dois) membros dos beneficiários e 1 (um) representante indicado da entidade organizadora, esse grupo fará gestão dos recursos financeiros destinados para construção e acompanhamento da execução das casas (MINISTERIO DAS CIDADES, 2016). Essa comissão, conjuntamente com a prefeitura, faria esse controle financeiro, que muitas vezes as prefeituras obtêm um quadro de funcionários precarizado e também evitaria o desperdício e possíveis desvios do dinheiro público, com obras não concluídas.

“As casas não foram entregues...” “...fomos cobrar o prefeito de Porto Esperidião, e o mesmo alegou, que a prefeitura já pagou e não irá pagar novamente” (Beneficiário-16)

A falta de informação dos agricultores beneficiados pelo programa gera dúvidas nos seus direitos. Há casos de cobrança indevida do município (prefeitura) para pagamento da mão de obra na realização das construções, essa prática mostra a necessidade de entidades organizadoras que visam defender os direitos dos agricultores, o desconhecimento sobre o programa, a necessidade dos grupos gestores e fornecer outras formas de execução das obras.

A política social do PNHR visa beneficiar as mulheres da zona rural (agricultoras familiares), conforme a Lei nº 11.977 de 2009, no Art. 73A, que assegura a aquisição do programa por mulheres chefe de família (MINISTERIO DAS CIDADES, 2009), na pesquisa constatou-se que os homens souberam diretamente por meio das prefeituras. As mulheres conheceram pelas conversas entre amigas e vizinhas, o que caracteriza a falha de comunicação do órgão público com as mulheres, visto que, se os homens não tivessem essa informação elas possivelmente não tomariam conhecimento. Nesse caso observa-se que falta para a organização o diálogo direto com seu público alvo, quer sejam nas igrejas, escolas, associações ou encontro após a lida diária.

O PNHR define regimes de gestão construtivos como mutirão assistido, autoconstrução assistido, administração geral e empreita global. Atualmente, o regime praticado para construção das casas é a empreita global, que por meio de licitação, a empresa com menor valor ganha a empreita, onde muitas das vezes a empresa que oferece menor preço, acaba recorrendo aos aditivos contratuais para complementar os valores e reduzir prejuízos causados.

“A prefeitura de Glória D’Oeste queriam cobrar a mão de obra dos agricultores, mas não pagamos e tivemos que ser auxiliar de pedreiro” (Beneficiários-1)

Veja que o mutirão assistido é uma possibilidade dos beneficiários de ter a oportunidade de realizar a construção conjuntamente das suas moradias com acompanhamento técnico, seguindo as diretrizes da entidade financeira, evitar possíveis problemas com entidades organizadoras governamentais intermediando e proporcionando a satisfação em construir sua casa.

Se a Constituição Federal do Brasil, determina no art. 23, as competências do estado em promover programas de habitação e de saneamento básico e no art. 6º defini os direitos, que “*são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e a moradia...*”. E no objetivo do desenvolvimento sustentável 11, visa “*Até 2030, garantir o acesso de todas e todos a habitação adequada, segura e a preço acessível...*” (PNUD, 2018).

O que se vê é que em meado de 2018, mais da metade da meta estabelecida (2030), ainda temos, órgãos públicos sendo ineficientes nas políticas públicas e em oferecer os direitos básicos à sociedade, os direitos a habitação dos agricultores familiares feridos e a falta de informação de parte da sociedade que mais necessita em acessar tal programas.

5. Conclusão

Em síntese, constatou-se que a maioria dos beneficiários do PNHR são do sexo masculino, provenientes da região sudeste, especialmente do estado de São Paulo, com nível de instrução Fundamental completa, casados, média de 54 anos de idade, conviventes na residência é de aproximadamente 3 pessoas, com a renda per capita de aproximadamente 1,5 salários mínimos.

Parte da renda familiar provém de sua propriedade, propriedade essa adquirida por meio de herança, com uma extensão territorial de 22 alqueires paulista, não acessou ao Pronaf. No entanto, acessou o Programa Nacional de Habitação Rural para aquisição da moradia familiar.

A agricultura realizada na área é o cultivo de milho, mandioca e banana. A criação, o gado, a vaca leiteira e a galinha são os principais animais criados, essas atividades são fontes de complemento econômico financeiro da aposentadoria do agricultor familiar.

Observou-se que a casa do agricultor familiar antes da sua adesão ao Programa é o oposto da recebida pelo PNHR, o chão da moradia era no contra piso, ou seja, sem qualquer cerâmica, a estrutura física e esquadrias de madeira e a cobertura de telha cerâmica (tradicionalmente dito como barro).

O beneficiário caracteriza como muito bom para sua família a conquista da moradia adquirida pelo PNHR. O agricultor familiar realizou algumas melhorias na casa do PNHR construindo uma varanda para proteção, como forma de suprir a necessidade de sua família.

No entanto, foi constatada insatisfação quanto a eficiência do Programa, especialmente quanto a execução deste, bem como dos agentes operacionais responsáveis pela articulação e execução do Programa

6. Limitações do estudo

Com intuito de melhorar as lacunas existentes no Programa Nacional de Habitação Rural, que seja realizada estudos posteriores, resta às agricultoras familiares do grupo de não casados, manterem-se no campo por ter um parceiro (cônjuge) ou por haver algum laço familiar próximo da região, estudos relativos ao grau e laço familiar entre os agricultores familiares beneficiados pela política pública (PNHR) e como também a disseminação das informações entre os familiares, dessa forma, poderá entender todo o processo dessas propagação de informações até os principais interessados pela política social.

Há motivos que podem ocasionar a não conclusão das moradias dos agricultores familiares, mesmo após contrato assinado com entidade financeira e licitação já realizada pelo município, isso gera dúvidas e incerteza pelos agricultores se tal política irá beneficiar, mesmo sabendo que a Constituição Federal Brasileira e a Declaração Universal dos Direitos Humanos prezam.

É importante também que seja analisado os parâmetros para disponibilização dos recursos financeiros entre os estados da federação destinados para aplicação do programa e a eficiência de todo o processo desse recurso do órgão da união até aplicação do PNHR nas regiões.

7. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (1998). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.28, n.1, 2, 3.

_____ (2000). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. IPEA, FEA e Procam/USP.

AQUINO, J. R., & SCHNEIDER, S. (2015). *O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro*. Em C. G. GRISA, & S. SCHNEIDER, *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. p. 624. Porto Alegre: UFRGS.

BABBIE, E. (2003). *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte-MG, MG: Editora UFMG.

- BACEN. (2017). *Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF*. Banco Central do Brasil. Acesso em Abril de 2017, disponível em <https://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>
- BALSADI, O. V. (2001). *Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo em Perspectiva v. 15. n.1, p. 155-165.
- BOLSON NOAL, E., & JANCZURA, R. (2011). *A política nacional de habitação e a oferta de moradias*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v.10 n.1.
- BRUMER, A. (2004). *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Estudos feministas, v.12 n.1, p.205.
- BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., & GUANZIROLI, C. (2003). *Agricultura familiar e o novo mundo rural*. Sociologias, v.5, p. 312-347.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. (2015). *Downloads. Programa Minha Casa, Minha Vida*. Acesso em 23 de Jan de 2018, disponível em Recursos FAR - Faixa I: http://www.caixa.gov.br/Downloads/banco-projetos-projetos-HIS/casa_42m2.pdf
- CAMARANO, A. A., & ABRAMOVAY, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil- Panorama dos últimos cinquenta anos*. IPEA, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, M. J. (1998). *O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. Mundo rural e política: Ensaio interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, p.94-118.
- DA SILVA, J. F. (1999). *O novo rural brasileiro*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- DA VIEGA, J. E. (1996). *Agricultura familiar e sustentabilidade*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, p. 383-404.
- DAMATTA, R. (1981). *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do Racismo à Brasileira, Petrópolis-RJ: Vozes.
- DRAIBE, S. M. (2007). (E. FIOCRUZ, Ed.) *Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: Algumas lições da literatura contemporânea*. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 27-64.
- FAUSTO, B., & FAUSTO, S. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- GIFFIN, K., & CAVALCANTI, C. (1999). *Homens e reprodução*. Estudos feministas. v.7 n.1/2, p.53-71.
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 61 ed. vol. 5. São Paulo-SP.
- _____ (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo-SP: Atlas.

- GOLDENBERG, M. (1997). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. (8 ed.). Rio de Janeiro-RJ: Editora Record.
- GONÇALVES, A. J. (2001). Migrações Internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*, v.15, ed.43, p.173-184.
- GUANZIROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. M., SABBATO, A. D., & BITTENCOURT, G. (2001). *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*, Editora Garamond, p. 284.
- HEREDIA, B. M. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Paz e terra, v.7. p.164.
- HEREDIA, B. M., & CINTRÃO, R. P. (2012). *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Revista Nera, v.9, n.8, p.1-28.
- HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (2007). *Políticas públicas no Brasil*. SciELO(FioCruz).
- IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010. Cidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- _____ (1948). *Unidade agrária não decimais em uso no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro, RJ: Serviços Gráficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- _____ (1987). *Estatísticas Históricas do Brasil*. 3.
- _____ (2005). *Mapa de Vegetação de Biomas*. IBGE, Rio de Janeiro.
- _____ (2010). *Censo Demográfico 2010. Cidades*. IBGE, Rio de Janeiro.
- _____ (2010). *População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça*.
- _____ (2017). *Censo agropecuário*. IBGE, Rio de Janeiro.
- _____ (2017). *Rendimento domiciliar per capita 2017*. IBGE, Rio de Janeiro.
- INCRA. (2017). *Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária*. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasil. Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>
- LARAIA, R. B. (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. Vol. 24. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., & CINTRÃO, R. (2004). *Impactos dos assentamentos - Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. (1, NEAD).
- MADEIRA, L. M. (2014). *Avaliação de políticas públicas*.

- MARCONI, M. d., & LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5 ed.). São Paulo-SP: Atlas.
- BRASIL. (2009). *LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009*. Acesso em Dez de 2017, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm
- MINISTERIO DAS CIDADES. (2016). *Cartilha do Plano Nacional de Habitação Rural*. Ministério das Cidades, Brasília-DF. Acesso em Novembro de 2016, disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Cartilha_PNHR.pdf
- MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. (2015). *Cartilha do Programa de aquisição de alimentos (PAA)*. Acesso em Jan de 2018, disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf
- NEUFERT, E. (1900). *Arte de projetar em arquitetura: Principios, normas e prescrições sobre construção, instalação, distribuição e utensílios*. 5 ed. (G. G. Brasil, Trad.) Alemanha: Gili do Brasil.
- NEVES, L. P. (1989). *Adoção do partido na arquitetura*. SciELO-EDUFBA, p.209.
- PERUZZO, D. (1984). *Habitação: Controle e espoliação*, Cortez Editora.
- PNUD. (2018). *Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11*. Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento, ONU-Brasil.
- RAPOPORT, A. (1969). *House, form and culture*. New Jersey – EUA, Prentice-Hall *Foundations of Cultural Geography Series Inc*. 1969. Acesso em Agosto de 2017, disponível em <https://pt.scribd.com/doc/76688196/House-Forms-and-Culture-1969-Amos-Rapoport>
- ROVER, O. J., & MUNARINI, P. R. (2010). *A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar*. Katalisys, v.13, n.2, p.260-269.
- SANTOS, S. N. (2014). *Realidade, significado e expectativas do programa nacional de habitação rural: O caso de Guiricema e São Miguel do Anta – MG*. p.138, f.167, Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil.
- SCHNEIDER, S. (2003a). *A pluriatividade na agricultura familiar*. UFRGS.
- _____ (2003b). *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. Revista brasileira de ciências sociais, v.18, ed.51, p.99-122.
- _____ (2006). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: Elementos teóricos e um estudo de caso*. Desenvolvimento Rural-Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, v.200.

SEVERINO, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23 ed.). São Paulo-SP: Cortez.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas*. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2002.

WANDERLEY, M. D. (1999). *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Encontro anual da ANPOCS, v.3, p. 21-55.

WYE GROUP/FAO. (2011). *Statistics on Rural Development and Agricultural Household Income*. Food and Agriculture Organization (FAO).

ESTUDO DAS HABITAÇÕES RURAIS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR) NO MATO GROSSO

[Caderno de Saúde Pública]

RESUMO – O artigo buscou analisar aspectos estruturais das habitações dos beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), na mesorregião do sudoeste do Mato Grosso. Para isto, num primeiro instante foi obtido os dados com órgãos responsáveis (entidade financeira), onde foi verificado em sua totalidade os beneficiários existentes na região e no segundo momento, baseando-se nas bibliografias e diretrizes responsáveis pela política pública de habitação rural (PNHR). Para averiguar as possíveis influências, foi verificado três pontos, as casas antes de serem beneficiados pelo PNHR, perfil das moradias do PNHR estabelecida pela entidade financeira e a influências nas moradias do PNHR, para tal, foi elaborado um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, para 20 participantes do PNHR. As limitações das diretrizes impostas pelas entidades financeiras, na modernização do urbano evidenciado no campo, na compactação dos ambientes nas casas, no meio ambiente em que estão localizados e no número de habitantes, que como resultado inicial, são os aspectos que influenciam nas casas dos beneficiados das casas do programa do PNHR, no sudoeste mato-grossense.

Palavras-chave: Política pública, Agricultura, Habitação.

STUDY OF THE RURAL ROOMS OF THE BENEFICIARIES OF THE NATIONAL RURAL HOUSING PROGRAM (PNHR) NO MATO GROSSO

ABSTRACT – The article sought to analyze structural aspects of the dwellings of the beneficiaries of the National Rural Housing Program (PNHR), in the mesoregion of southwest Mato Grosso. To that end, the data with responsible entities (financial entity) were obtained in a first moment, where the beneficiaries existing in the region and in the second moment were verified, based on the bibliographies and directives responsible for the public policy of rural housing (PNHR). To verify the possible influences, three points were verified, the houses before being benefited by the PNHR, the profile of the dwellings of the PNHR established by the financial entity and the influences on the dwellings of the PNHR. A semistructured form with open and closed questions was elaborated, for 20 PNHR participants. The limitations of the guidelines imposed by the financial entities, the modernization of the urban area evidenced in the field, the compaction of the environments in the houses, the environment in which they are located and the number of inhabitants, which as an initial result are the aspects that influence the homes of benefited from the homes of the PNHR program in southwest Mato Grosso.

Keywords: Public policy, Agriculture, Housing.

INTRODUÇÃO

A questão habitacional é um problema que tem afetado a realidade brasileira ao longo tempo. Moradia sempre foi um dilema tanto para as populações urbanas quanto para rurais. Contudo, ao longo das duas últimas décadas, o país demonstrou maior preocupação à questão da moradia (SKIDMORE e SILVA, 1988). Enquanto parte da população migrava para os centros urbanos, outros buscavam novas fronteiras, para desenvolver de forma econômica e socialmente, assim acabaram se fixando em regiões e vivendo em casas fisicamente precárias com suas famílias.

Durantes anos, diversos programas na área da habitação foram constituídos e ofertados para os agricultores familiares e, entre diversas inclusões de políticas públicas, há o PNHR, no qual tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias que vive no meio rural, que até então, as políticas existentes não eram acessíveis pelos pequenos e médios agricultores, (BOLTER, 2013).

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida (MCMV)*, por meio da Lei 11.977/2009. O benefício é voltado para trabalhadores da zona rural – agricultores familiares, quilombolas, entre outros, com a finalidade de possibilitar o acesso à moradia digna no campo (MINISTERIO DAS CIDADES, 2016).

A falta de planejamento na elaboração das políticas públicas sociais na área habitacional para os agricultores rurais, ignora fatores importantes que altera o resultado em uma habitação, deve-se levar em consideração a individualidade das famílias, características culturais que influenciam diretamente no modo de viver e nas atividades dos agricultores no labor diário, causando desgaste fisiológico no “homem” como sendo a “máquina” de trabalho na unidade familiar e conseqüentemente prejudicando de forma direta na produção.

As políticas públicas devem visar as habitações com a ideia de expressão “pelo povo”, isso sugere que devem ser construídas conforme o programa de necessidades que está implícita à população, com resultado de satisfação. No entanto, o que se pode perceber em alguns programas de habitação é que os projetos são destinados “para o povo”, ou seja, com moradias pré-definidas, rígida, de construção em massa, independente do resultado de satisfação.

Com isso, as regiões rurais vêm se modificando juntamente com os agricultores, devido à forte influência do meio urbano e da importância de espaço para moradia, acaba-se gerando novas atividades (BALSADI, 2001). Além disso, a inclusão de condicionantes na moradia

proporciona uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, assim causando impactos importantes e favorável no desenvolvimento daqueles que vivem no meio rural (ROVER e MUNARINI, 2010).

Nessa ótica, a habitação emerge com significado de lar, a partir do processo de controle e atuação sobre o meio ambiente. Este processo inclui o envolvimento físico, financeiro e/ou emocional das pessoas com a unidade de habitação do herdeiro (DESPRÉS, 1991). Dessa maneira, este estudo tem como objetivo principal analisar como a cultura influencia nos aspectos culturais nas habitações rurais dos agricultores familiares que foram beneficiados pelo programa nacional de habitação rural (PNHR), na microrregião do Sudoeste do Mato Grosso.

Métodos e técnicas

Beneficiados do programa

Tabela 1 – Características dos beneficiários pesquisados no sudoeste mato-grossense:

BENEFICIÁRIOS	GENERO	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	NIVEL ESCOLAR	HABITANTES	RENDA MÉDIA	PROFISSÃO/ ATIVIDADE	ÁREA PROPRIEDADE	TEMPO/ÁREA
1	M	SP	Solteiro	Fund. Incompleto	1	750,00	Aposentado	10	45
2	M	SP	Solteiro	Fund. Completo	2	750,00	Aposentado	12	30
3	M	SP	Casado	Fund. Completo	4	1.250,50	Aposentado	28	35
4	F	SP	Casado	Médio Incompleto	4	1.250,50	Aposentado	15	35
5	F	SP	Casado	Médio Completo	4	1.250,50	Aposentado	15	25
6	F	SP	Casado	Fund. Incompleto	5	1.750,50	Aposentado	10	30
7	M	SP	Casado	Analfabeto	2	750,00	Empregado	12	15
8	M	BA	Casado	Fund. Completo	4	750,00	Empregado	27,5	3
9	M	SP	Casado	Fund. Completo	2	1.250,50	Empregado / Prod. própria	15	21
10	F	GO	Casado	Sup. Completo	4	1.750,50	Produção própria	20	40
11	M	SP	Casado	Médio Completo	2	1.250,50	Aposentado	5	28
12	M	MT	Solteiro	Sup. Completo	3	2.001,00	Produção própria	20	35
13	F	SP	Solteiro	Fund. Incompleto	2	750,00	Produção própria	21	30

Fonte: Elaborado pelo autor (CEF, 2017).

A pesquisa foi empreendida em pequenos grupos definidos pelas prefeituras. Como os beneficiados do Trevo de Glória (Glória D'Oeste), Comunidade Aguapeí (Porto Esperidião)

e Comunidade Santa Bárbara (Mirassol D'Oeste), municípios do sudoeste de Mato Grosso. A tabela 01 demonstra as características dos participantes.

Inicialmente, o pesquisador contatou 20 beneficiários na região, no entanto, foi constatado que no município de Porto Esperidião-MT, os “beneficiários” da Comunidade Aguapeí não tiveram suas casas concluídas. Assim, foram rejeitadas 7 entrevistas para compor a tabela 01. Dessa forma, pôde-se fazer a análise da influência das culturas sobre as moradias com apenas 13 entrevistados. Para Severino (2007), a triagem das informações é importante, de modo que responda os objetivos específicos da pesquisa. Em uma amostra, certos resultados podem ser rejeitados, são consideradas resultados nulos, mas isso não quer dizer que estão errados (GIL, 2002).

Local de estudo e população

A região de estudo foi no sudoeste mato-grossense, composta por 3 microrregiões (Alto Guaporé, Jauru e Tangará da Serra), que envolve 21 municípios, com uma área de aproximadamente 72.064 km², uma população próxima de 320,119 habitantes, um percentual de 77,28% (247,405 habitantes) no perímetro urbano e 22,71% (72,714 habitantes) na zona rural, e uma densidade populacional de 4,2 habitantes/km², isso segundo fontes do (IBGE, 2010).

Nas listagens dos beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) adquiridas junto aos órgãos públicos, foi selecionada a mesorregião do sudoeste mato-grossense por consistir numa região relativamente mediana de beneficiários para análise dos dados e por envolver diversos assentamentos nos municípios (INCRA, 2017).

Para a coleta dos dados, foi utilizada uma listagem fornecida pela Caixa Econômica Federal (GIHAB/CB), contendo nome dos beneficiários e dos empreendimentos, em todos os municípios de Mato Grosso, para identificar quais municípios estariam fixados os beneficiários do PNHR.

No entanto, dentre as três regiões estudadas, foi identificado que 202 beneficiários, estariam aglomerados na microrregião de Jauru, envolvendo os municípios de Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião e Glória D'Oeste, dessa forma foi selecionado 10% dos 202 agricultores familiares beneficiados pelo PNHR. Como ponto de partida da coleta dos dados, buscou-se as prefeituras por serem órgãos intermediadores, assim determinando em quais regiões estariam localizados e dessa forma planejando o trajeto a ser realizado.

A localização dos beneficiários foi aferida *in loco* com GPS (Garmin Etrex-10) e geometricamente demarcado dentro da microrregião do Jauru, no sudoeste do estado Mato Grosso, em um quadrilátero entre 15°27'55" S a 15°53'03" S e 58°00'18" O a 58°93'69" O.

Procedimentos metodológico

O levantamento dos dados do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que é uma vertente do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi realizado junto à Gerência Executiva de Habitação da Caixa Econômica Federal (GIHAB/CB) em Cuiabá-MT, a EF é responsável pela operacionalização das habitações.

A pesquisa tem caráter qualitativa com viés bibliográfico, documental, descritiva e de campo (com aplicação de formulário), e uso de técnicas quantitativas para sistematização dos dados.

No procedimento, realizou-se levantamento bibliográfico utilizando leis, livros, artigos, teses, dissertações e envolverá a pesquisa documental, levantar e discutir dados sobre programas, projetos e ações de políticas públicas para o meio rural. A pesquisa documental e bibliográfica é de grande importância para o estudo e de análise das informações sobre a temática, assim embasando tais informações apropriadas ao estudo (SEVERINO, 2007).

Inclusive, observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los e não deixando que os valores, crenças pessoais o afete previamente sobre o fato relacionado à pesquisa e nem se predispondo sobre o bom, mau, justo ou injusto (GIL, 2008). As pesquisas descritivas objetivam a descrição das características determinada pela população ou fenômeno no caso dos beneficiários do PNHR, sendo este o intuito do presente trabalho (GIL, 2002).

Coleta e análise dos dados

A pesquisa iniciou-se na Comunidade Santa Bárbara, nome dado a partir do Parque Estadual Serra Santa Bárbara. No entanto, localmente é conhecido como Comunidade dos Morenos. Em seguida, o empreendimento intitulado como Trevo de Glória, que está localizado no trevo da entrada do município de Glória D'Oeste-MT e, por fim, na Comunidade Aguapeí, que leva esse nome devido ao Rio Aguapeí, que está localizado próximo à linha de fronteira Brasil-Bolívia.

A técnica de coleta teve uso de fontes primárias, utilizando o delineamento de *Survey*, com aplicação de questionários semiestruturados contendo questões abertas e fechadas (MARCONI e LAKATOS, 2003). As questões foram formuladas em função da teoria, de maneira que permite responder os objetivos da pesquisa (BABBIE, 2003).

O questionário é um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar das respostas pesquisadas, por escrito ou verbalmente acerca do assunto sobre o qual saibam opinar ou informar (BABBIE, 2003; GIL, 2002).

As questões foram formuladas de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa; Técnicas de registros de imagens (fotografias) condicionam ao Livre Consentimento dos sujeitos da pesquisa e homologado junto ao Conselho de Ética da instituição de ensino superior.

Também, utilizou-se de dados documentais, com base em registro fotográfico e áudios. Assim como observações não participantes. De acordo com Achutti (1997), em uma pesquisa científica, as fotografias têm a função de auxiliar no trabalho de campo, evocando a memória do pesquisador no sentido de apoiar a construção do texto.

Resultados

Moradias dos beneficiários anteriormente ao PNH

As casas descritas pelos agricultores familiares demonstravam o quanto era difícil a permanência na região, mesmo assim, a esperança de ter algo e na motivação de uma vida melhor. A variação de cômodos e materiais utilizados nas casas, dependiam da situação financeira e familiar naquele momento. Muitas das casas tinham as estruturas das paredes de palha, lona, madeira e as casa mais modernas de alvenaria, o chão de terra batida ao contra piso na cera vermelha era evidente em muitas moradias e as coberturas (telhado) variavam entre lona, palha e de cerâmica para quem tinham melhor condições financeiras.

A beneficiária 2 morava em uma casa feita de madeira e cobertura de lona, tinha quarto de casal, cozinha, sala e o banheiro era fora tipo poço. Já a beneficiária 4 descreveu a casa sendo apenas com 2 cômodos, em uma estrutura de madeira com palha e cobertura de telha de fibrocimento.

“Casa toda de madeira, só o chão no cimento e cera vermelha” (Beneficiário-6)

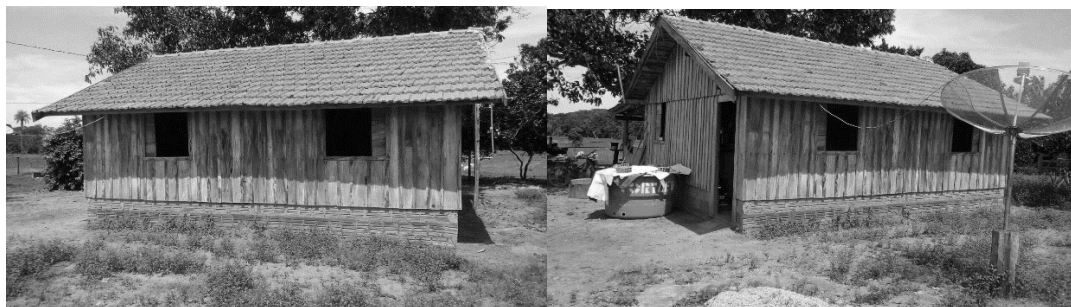
“Não tinha dinheiro para ter casa de tijolo” (Beneficiário-2)

Nas famílias ali alocadas, ficou evidente na figura 1 que a escassez financeira prejudica diretamente na qualidade de vida e nas formas de viver no campo, dessa forma, são sujeitados a utilizarem os materiais com menor custo, visto que muitos agricultores familiares utilizam matéria prima de fácil acesso na região para serem utilizados em suas moradias.

“A sala era quarto com duas camas, uma de solteiro para as filhas e outra para nós”
(Beneficiário-4)

Muitos dos agricultores familiares vieram de outras regiões em busca de oportunidades, comprar terras que eram consideradas baratas naquele momento ou assumir a herança de familiares, assim, muitos se sujeitaram a viver com a família em condições precárias.

Figura 1 – A casa antiga do beneficiário na Comunidade Santa Barbara:



Fonte: Pesquisa de campo.

Foi evidenciado que grande parte da região é formada por pessoas da mesma família, isso porque os beneficiários relataram em conversa, identificando os beneficiários próximos como irmão, irmã ou cunhado. A estrutura de rede existente na região, seja ela social ou econômica, cria um elo de amizade entre vizinhos e parentes, um nível de “ajuda” entre os próximos, mas pelas características onde se encontram.

Perfil das moradias para o PNHR

Diretrizes da entidade financeira

Durante os anos de 2015 a 2018, perceberam-se mudanças nas diretrizes dos órgãos responsáveis na definição dos projetos residenciais, onde as áreas úteis das casas foram reduzidas de 38 m² para 36 m². Para os centros urbanos, as áreas para construção de casas

(horizontalmente) são cada vez menores, assim a solução é a compactação dos espaços nas moradias populares.

Já as moradias dos agricultores familiares é um local para residir, trabalhar e de lazer de toda família, isso quer dizer, que todas as atividades estão relacionadas à casa. O campo ainda é local com espaço para desenvolver moradias horizontalmente, conforme as necessidades de quem mora no campo.

“Os projetos arquitetônicos deverão apresentar compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade/comunidade, mediante compensação na melhoria da unidade habitacional” (Caixa Econômica Federal, 2018)

Porém, ao invés de aumentarem as áreas úteis das moradias, as diretrizes da entidade financeira (EF) atua na contramão visando minimizar os espaços nas casas urbanas e transpondo essas características para o campo. Assim acaba influenciando nas necessidades reais dos agricultores familiares e prejudicando na qualidade de vida para quem reside no campo.

Esses parâmetros determinados pela Caixa Econômica Federal (CEF) são projetados e servem como orientadores para as chamadas entidades organizacionais (EO) desenvolverem habitações apropriadas para famílias de até 4 pessoas, visto que os ambientes já são pré-definidos (sala, cozinha, banheiro, lavanderia (não coberta) e 2 quartos).

“Mobilizar as famílias beneficiárias na construção da proposta das habitações rurais e das reformas...” (Caixa Econômica Federal, 2018)

Código de práticas da caixa

A EF visando não ter ocorrência de problemas nas moradias do PNHR, criou uma cartilha orientadora para as EO (construtora, prefeitura, sindicatos, organizações rurais), seguirem um padrão nos serviços preliminares como localização e correções para implantação, nas instalações elétricas, hidráulicas e esgotamento, para não utilizarem materiais de segunda linha.

“...patologias e vícios construtivos são recorrentes nas reclamações recepcionadas pela CAIXA e/ou observadas nas visitas de acompanhamento das obras [medições]” (Caixa Econômica Federal, 2018)

“Pedreiro fazia as paredes tortas e o engenheiro mandava embora” (Beneficiário - 7)

A cartilha é destinada a quem executará os empreendimentos, na qual propõe uma orientação e uma padronização nas atitudes ocorridas no PNHR, prevendo problemas na construção das casas e evitando divergência na qualidade dos materiais.

Ainda assim, na parte de infraestrutura, as EO são obrigadas a oferecer também vias de acesso em condições de tráfego, sistema de abastecimento de água adequado para região, por solução de esgotamento sanitário e também para a distribuição da energia elétrica ou o próprio beneficiário que realiza a solicitação juntamente à Concessionária de Energia para a distribuição de energia na região.

As definições de soluções estabelecida na parte de infraestrutura é generalista, não havendo de fato uma solução para que se possa estabelecer desenvolvimento real para os agricultores familiares que residem distante da zona urbana, indicando que há interesse em desenvolver regiões de fácil acesso a essas infraestruturas.

Regime construtivo praticado

O regime construtivo encontrado no sudoeste mato-grossense é a empreitada global, que é um regime de construção em que uma construtora é contratada por meio de licitação municipal para a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. A empresa gerencia a execução dos empreendimentos e a fiscalização é realizada pelos responsáveis técnicos e também pela Comissão de Representantes (CRE).

“2 anos de atraso [2012], só entregaram em 2014” (Beneficiário-1)

“[4 anos], paguei todas as parcelas e não tinha recebido a casa” (Beneficiário-2)

O beneficiário 8 relatou ainda que ele mesmo realizou a construção da casa, porque a prefeitura cobrou R\$ 2.000,00 reais para pagamento da mão de obra, sendo assim, o mesmo solicitou o projeto junto à prefeitura e executou o serviço com acompanhamento técnico do engenheiro responsável. Mesmo assim, teve que desembolsar valores para a compra dos vidros das janelas, parte do forro de PVC para concluir a casa.

Influências nas moradias do PNHR

Moradias urbanas no campo

As Comunidades do Trevo de Glória (Glória D'Oeste-MT) e da Santa Barbara (Mirassol D'Oeste-MT) estão próximas do perímetro urbano de seus municípios, por esse motivo, possuem acesso a rede de água de concessionárias. A Comunidade Aguapeí, que está

localizada a 90 quilômetros (estrada de chão) da zona urbana de Porto Esperidião-MT, utiliza poços tradicionais para o abastecimento de água e dispõem de fossa séptica e sumidouro.

Foi notado que as comunidades próximas dos perímetros urbanos estão sofrendo influência sobre o processo de modernização ocasionado pela urbanização gerada nos municípios. A influência urbana se dá pela duplicação do projeto das casas populares que replicam os mesmos ambientes percebidos na zona urbana.

Sobre as modificações realizadas nas casas dos agricultores familiares beneficiados, o beneficiário 6 nos relatou que necessitava de um depósito para guardar ferramentas do marido, da lavanderia coberta para realizar as atividades e junto a esse ambiente na mesma cobertura uma varanda para guardar o automóvel.

“Muito bom, saí da casa de lona ir para uma de tijolo é muito bom” (Beneficiário-6)

Foi constatado nas conversas com os agricultores que as mudanças nas moradias também são ocasionadas por outro membro da família, o beneficiário 4 e o beneficiário 9 ambos informaram a necessidade de ter uma lavanderia coberta, pela reivindicação da esposa na incidência solar na hora de lavar as roupas, ela teria que fazer o serviço cedo enquanto sol estava ameno.

“Mais por causa da lavanderia, para mulher não lavar a roupa no sol” (Beneficiário-4)

Figura 2 – Casa antiga do beneficiário anexada a do PNHR:



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Já o beneficiário 7 anexou à antiga casa, que já era de alvenaria (tijolo) com a nova do PNHR, como informado, poderia receber e acomodar bem a família toda. Para realizar essas mudanças grande parte veio da aposentadoria e da venda de animais, bezerros e também

passarinhos criados em cativeiro (Canário-Belga e Periquito-Australiano) como complemento da renda.

No entanto, outros agricultores beneficiados como o beneficiário 8 relataram que desejaram que a casa nova fosse anexada a antiga, porém os responsáveis técnicos tinham informado a impossibilidade de alteração no projeto e que a frente da casa do PNHR ficaria “virada”, fugindo do projeto definido.

4.3.2. Número de habitantes

Já o beneficiário 9 relatou que o aumento da casa se deu pelo fato do filho trabalhar na cidade e ter que deixar os netos na casa dos avós (Beneficiário-9) maior parte do tempo, assim exigindo ambiente a mais acomodar todos da família.

“A casa antiga ficou os pais, porque só tinha um quarto para os dois filhos já casados”
(Beneficiário-10)

O beneficiário 12 mostrou o oposto do beneficiário 9 informando que a casa antiga ficou para os pais, por haver apenas um quarto e possuía varanda e na casa nova ficou com o beneficiário, esposa e filho.

“Futuramente, será construído uma varanda também” (Beneficiário-12)

Também relatou que, no passado, ele dormia no chão da sala e, por ser de madeira, o calor era abrasador dentro de casa, os familiares passavam mais tempo na nova do que não antiga.

4.3.3. Vegetação do local

A região das Comunidades Santa Bárbara e Trevo de Glória são formadas por uma vegetação baixa, segundo beneficiário 3 é típico da região. Sendo assim, utilizaram para formação de pastagem e criação de gado, já na base do morro que deu o nome da Comunidade Santa Bárbara, os agricultores utilizam para plantio de culturas que exigem água, isso por ser um local úmido em todas as épocas do ano.

“O campo aberto, não dá nem para se esconder do sol” “Fizemos a varanda para proteger do sol, quando fosse utilizar, não teria sombra, porque próximo não tem nenhuma árvore” (Beneficiário-3)

Figura 3 – Modificação na casa do PNHR pela ausência da vegetação alta próxima:



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As melhorias realizadas, nesse caso, mostram a escassez de vegetação que influencia na moradia, isso revelou a necessidade da varanda para proteção dos automóveis ou para realização dos serviços domésticos, lembrando que área de serviço não tem cobertura, conforme definição na diretriz da Caixa Econômica Federal.

4.3.4. Problemas no processo das casas do PNHR

A falta de informação de muitos agricultores beneficiados faz passarem por situações difíceis perante a necessidade da conquista de uma moradia digna. Alguns órgãos governamentais do município aproveitaram dessa desinformação para poder se beneficiar ilicitamente sobre os agricultores familiares que iriam adquirir as moradias.

“Eles [prefeitura] queriam que pagassem a mão de obra do pedreiro, mas não pagamos” (Beneficiário-4)

“Procuramos o sindicato e falaram para não pagar nada além das prestações da Caixa” (Beneficiário-2)

Mesmo assim, tentaram cobrar dos beneficiários valores variados de até R\$ 3.000,00 reais, referente à mão de obra e ainda sob ameaça caso não pagassem teriam que atuar junto com os pedreiros como serventes.

A insinuação do trabalho como servente pelo órgão governamental municipal sugere demonstração de punição, de que, se caso não pagassem o valor exigido, trabalhariam como servente. Trabalhar como servente para os pesquisados é a melhor demonstração da vontade de ter sua própria casa.

Teve beneficiário (Beneficiário-1) que não efetuou o pagamento do valor, não por opção, mas porque não tinha condições financeiras do valor exigido, ao perceber que a casa não seria construída, utilizou a mão de obra própria como servente do pedreiro. Diferentemente, outros beneficiários, pagaram a “mão de obra”, como o beneficiário-10 afirmou ter pago R\$ 4.000,00 reais, para pagamento da equipe de construção. As entidades que deveriam proporcionar o conforto sobre a conquista da moradia, geram dúvidas e desconfiança da política, causando a disseminação de forma negativa para se conseguir o programa.

Isso é um indicativo da falta de comunicação até entre os próprios agricultores familiares, que nesses momentos é primordial a troca de informações, assim evitando maiores prejuízos que poderiam ser investidos nas atividades da unidade familiar. Como preconiza a CEF, a necessidade da criação do CRE, na fiscalização dos empreendimentos.

A qualidade do material ou falta de análise do solo do local a ser executado tal empreendimento ocasiona problemas na qualidade final das casas.

“Faltou algumas peças da obra, tivemos que comprar” (Beneficiário-2), “Infiltração e rachaduras na porta de entrada [casa do PNHR]” (Beneficiário-3), “Calçada ao redor da casa afundou” (Beneficiário-4), “Pintura descascando no rodapé da casa” (Beneficiário-6)

A manipulação dos governantes dentro dos órgãos demonstra cada vez mais o interesse por trás dos serviços oferecidos.

“30 dias após de pronta [casas], mas não queriam entregar, queriam comemorar. O prefeito queria fazer uma festa de inauguração e nós [beneficiários] não queriam para não atrasar mais” (Beneficiário-3)

Como aconteceu com o beneficiário - 11 que relatou, após contrato firmado com a EF do PNHR e com metade das parcelas pagas, a prefeitura tomou ciência que o beneficiário possuía uma distribuidora de gás e água na cidade e solicitou que fosse feito a retirada do material para construção da casa. Mas, após diversas brigas com registro de boletim de ocorrência, foi devolvido os materiais.

“Muito estresse, tive que esperar mais para a conclusão da casa” “ Se não tivesse conseguido não conseguiria financiar mais nada na Caixa Econômica” (Beneficiário-11)

4.4. Satisfação com as casas

Mesmo com todas as dificuldades encontradas durante a construção das casas do PNHR, muitos dos agricultores familiares elogiaram as conquistas adquiridas pelo programa.

“Melhorou muito a casa, do conforto ao dormir, a vontade de ter as coisas [móveis e eletrodomésticos] arrumadinha e nova” (Beneficiário-1).

“Foi excelente [sorrindo]. A gente vive muito bem, só faltava uma casa boa” (Beneficiário-4).

“A casa é excelente, foi um presente com um valor muito acessível” (Beneficiário-8).

A conquista da casa própria é um sonho de todos independentemente da localização, a aquisição da casa gera-se segurança para toda família, um local onde podem dizer o descanso digno daquele que trabalha, mora e utiliza como lazer a sua moradia. Quando proporciona forma de acessar e condições para obter sua casa por uma política social, é gratificante para aqueles que necessitam de melhores condições.

“Uma grande conquista, não tinha lugar para acomodar a família toda” (Beneficiário-3).

“Muito bom, melhorou para a família toda” (Beneficiário-7).

Grande parte dos agricultores familiares, naturalmente, viveram e cresceram na zona rural, onde muitas vezes vieram de famílias grandes e no decorrer do tempo ou em datas comemorativas os parentes veem essa necessidade de reencontrarem, e a casa é o local para acomodar todos que vêm visita-los.

“Uma conquista que não achava que conseguiria, por ser do governo, trouxe conforto para todos da família” (Beneficiário-9).

Observe na fala do beneficiário 9, ao relatar que, “por ser do governo”, esse tipo de desconfiança gerada sobre os programas sociais, é devido à incapacidade de órgãos responsáveis desenvolverem suas atribuições de forma correta, acabam utilizando da desinformação dos agricultores familiares para tirar proveito.

“Muito contente pela aquisição, um sonho” (Beneficiário-10).

“Estamos muito felizes, porque agora temos uma casa mais fresca, muito melhor que a antiga” (Beneficiário-12).

5. Discussão

O processo de deslocamento entre regiões condicionou os agricultores familiares a se fixarem nas moradias em condições precárias por vários anos. A necessidade principal é de se proteger contra os intempéries e contra os riscos naquele momento (WAGNER, 1998; EGENTER, 1994). Para a teoria da motivação de Maslow, define que a habitação é uma

necessidade fisiológica, onde abrigar-se e proteger é uma forma de sobrevivência (CHIAVENATO, 2014).

Para Rapoport (1969), as diferentes formas utilizadas nas moradias é um fenômeno que pode ser explicado como uma mistura de tradições e anseios no momento. A variedade de materiais utilizados, é uma demonstração clara da cultura expressada nos métodos e materiais construtivos (GUPTA e FERGUSON, 1997; BECKER, 1996).

As técnicas construtivas e os materiais utilizados nas moradias empregadas pelos agricultores familiares, ainda evidencia esses conhecimentos, em que cada casa demonstra abundancia dos elementos existentes na região.

“O telhado era de palha e lona, sempre que chovia molhava tudo”
(Beneficiário-1).

No entanto, para Kokot (2007) opõe-se afirmando que com a globalização e a migração de pessoas, está influenciando na quebra dos laços culturais existente na população, fazendo a cultura perder espaço.

Em relação ao código de práticas, é importante analisar a padronização nos métodos construtivos, as regionalidades, práticas e técnicas, não a repetição ou reprodução (SEGAWA, 1998). O comportamento construtivo praticado diariamente reproduz alterações definitivas das condições naturais do ambiente. Isso inicia o processo de evolução na forma construtiva (EGENTER, 1994). Ao aumentar a aprendizagem e a experiência, a qualidade melhora com o passar do tempo, essa melhora da qualidade reduz os problemas ocorridos nas construções e consequentemente os custos, assim reduzindo o tempo de construção (PORTER, 2004).

O objetivo do código de práticas é realizar uma padronização nas atividades e orientações realizadas na construção das casas, que devem estar de acordo com as especificações pelas normas brasileiras (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018). A cartilha, além de evitar os vícios construtivos na execução, tenta evitar a utilização materiais de baixa qualidade e também profissionais desqualificados, como foi percebido em fala do beneficiário (Beneficiário-7), “Pedreiro fazia as paredes tortas e o engenheiro mandava embora”.

A moradia, para ser adequada, deve ter segurança (EGENTER, 1994), disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura (água potável, instalações sanitárias, energia, etc.) (PNUD, 2018; CAMARGO, 2014), que é o maior desafio das políticas públicas, sem incentivar a destruição dos ecossistemas naturais (HANNERZ, 2002).

Segundo Bonduki (2008), para resolver os problemas habitacionais existentes em 1995, o mutirão foi a postura tomada para o enfrentamento naquele período, foi adotada por

gestões municipais e tornou referência nacional. No mutirão assistido, a construção das casas é executada pelos beneficiários, reciprocamente, com o auxílio de assistência técnica especializada (engenheiro, mestre de obras e pedreiros) (MINISTERIO DAS CIDADES, 2016).

Dessa forma, possibilita que os agricultores familiares participem diretamente nas construções de suas moradias, ou seja, seu local seguro, evitando, possíveis atrasados, problemas ocasionados no processo, por ser de interesse de cada beneficiário e indiretamente se profissionalizando.

As políticas públicas de habitação é o ponto principal para continuar com o processo de desenvolvimento local e de inclusão social (COSTA, 2015; MEAD, 1955), melhorando a qualidade de vida daqueles que acessaram, mas as condições ainda não eram aceitáveis (CAMARGO, 2014). Mesmo com todo incentivo nesse processo de desenvolvimento, as EF acabam forçando a regressão dessa evolução, pelo fato da reprodução dos projetos urbanos transpostos ao campo. O programa não proporcionou condição aceitável na zona urbana, bem como foi inaceitável no campo.

Porém, Neves (1989) afirma que as legislações devem estabelecer o mínimo de condição nos ambientes vividos, “pelo menos”, para obter uma qualidade de vida básica. Contudo, as legislações não devem disponibilizar o mínimo e nem reduzir mais o limite já definido como a Caixa Econômica sugere, mas permitir que as necessidades socioculturais propiciem as condições, que possam ser melhores em cada caso.

No entanto para Neufert (1900), nas casas rurais devem existir outros ambientes além dos existentes, como, um local apropriado para guardar ferramentas de trabalho e uma dispensa. Pelo fato de muitos agricultores familiares estarem distante da cidade, há necessidade de um ambiente para armazenagem de alimentos por longos períodos e um depósito para conservar as ferramentas do trabalho no campo. Essa variação depende da região em que se encontram, por causa das mudanças e das diferenças na interação de social, cultural, econômica e climática (RAPOPORT, 1969; EGENTER, 1994; CAMARGO, 2014).

Para a EF (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015), as casas deveriam possuir área útil de 38,40 m², porém a mesma entidade (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018), altera as especificações na cartilha de diretrizes e as casas passam a ser exigidas área útil mínima de 36,00 m², entretanto o propósito da casa, é a criação de um ambiente mais adequado para o modo de vida de uma família, em outras palavras, uma unidade social do espaço (RAPOPORT, 1969; EGENTER, 1994). Observou-se que a EF está atuando no sentido contrário das necessidades sociais, culturais e regionais, inclusive alterando suas diretrizes, estabelecendo

casas cada vez menores, isso sugere, conseqüentemente que as construtoras executem moradias no limite do mínimo permitido nas diretrizes.

Outro fator que influenciou na moradia é a quantidade de moradores nas unidades familiares dos beneficiados, em que 20% dos pesquisados possuem mais de cinco habitantes nas moradias. Uma vez que, essa quantidade de habitantes nas casas são relativas, elas podem se expandir ou contrair, isso depende de cada família (HANNERZ, 2002).

É caracterizado dormitório os cômodos “que estejam em caráter permanente, servindo para o repouso da família” (IBGE, 2010). Assim, as casas que possuem alto índice de habitantes, são inadequadas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007). A EF, determina 2 quartos, sendo, um para o casal e outro para os filhos e as filhas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015) nas unidades habitacionais (UH), onde isso resultaria em uma limitação no desenvolvimento familiar e também prevendo a necessidade de uma ampliação futura para poder confortar a família.

Segundo a FAO (2011), as estratégias principais para redução da pobreza estão agora na ênfase no desenvolvimento rural que abrange todos aqueles que vivem em áreas rurais. Mas o programa atualmente está considerando somente como um símbolo a casa, sem realmente de fato analisar o que é necessário para os agricultores familiares. Sendo assim, não se pode chamar o produto somente de “casa”, ela cria essa relação de “moradia”. Assim, o planejamento da carcaça (moradia) deve igualmente ser baseado nas pessoas existentes (MALARD, 1992).

Para Camargo (2014), a casa é uma ‘máquina’ que tem de desenvolver o seu papel, satisfazendo as atividades fisiológicas e privadas de seus habitantes. A moradia para o agricultor familiar está relacionado ao bem estar familiar (ROVER e MUNARINI, 2010). O campo, ainda é local com espaço geometricamente para desenvolver moradias, oferecer condições para os agricultores familiares atuarem, é proporcionar atividades de forma sustentável.

A localização onde estão as casas e o tipo da moradia para aquela região interferem de forma significativa nas famílias que irão usufruir (CAMARGO, 2014). As casas não podem ser consideradas somente um “abrigo” da família, deve ser visto como lugar para geração de esperança frente as dificuldades diárias no campo. A construção de uma varanda é necessária para proteção solar (NEUFERT, 1900; WAGNER, 1998).

Melhorar as condições das moradias estimula a geração de renda dos agricultores familiares, como também o comércio local (SCHNEIDER, 2006; ROVER e MUNARINI, 2010). Nesse caso, as melhorias realizadas se dão em virtude dos problemas ambientais encontrados na região. Assim sendo, as diretrizes não notam as características da vegetação

local, que corrobora para realizar alterações nas moradias. Alguns beneficiados, estão fixados em regiões do cerrado, com abundante incidência solar e pouca vegetação.

A EF que avaliar os problemas encontrados nas casas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015), mesmo tendo sistema de acompanhamento, dentro dos programas habitacionais MCMV do governo, encontram problemas como: rachaduras em escadas, esquadrias com defeitos e infiltrações nas paredes (CAMARGO, 2014). Além desse, outros problemas também foram constatados no PNHR, tais como: calçadas que afundaram, rachaduras próximos das portas, peças que faltaram nas construções e pinturas descascando ao redor casas.

Para Camargo (2014), o programa no centro urbano é satisfatório pelas casas novas (fisicamente), mas as condições das moradias (viver) não são ideais para a família. A inadequação de moradias é referente a busca por solução em problemas na qualidade das casas e não em gerar novos ambientes ou construções. Observe, que a satisfação da casa está relacionada a qualidade de vida dos agricultores familiares e que a percepção da qualidade de vida está no campo.

Para Chiavenato (2014), quando é suprido as necessidades fisiológicas de sobrevivência para o homem, o próximo passo é a busca da satisfação da necessidade de se proteger seguindo um processo evolutivo na pirâmide de Maslow. A satisfação do agricultor familiar é constante porque vê que as suas necessidades (comer e morar), estão sendo supridas, gerando uma motivação para alcançar a satisfação em outros pontos que necessita.

6. Conclusão

As casas sofrem influência das culturas dos agricultores familiares, mas a entidade financeira é o principal agente de influência direta no tocante à construção e/ou ampliação das casas nas casas dos beneficiados do programa em função das normas estabelecidas pelo Programa.

Constatamos que a Caixa Econômica Federal (2018) embora tenha determinado no código de práticas que “Os projetos arquitetônicos deverão apresentar compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade/comunidade, mediante compensação na melhoria da unidade habitacional”, acontece inversamente. A determinação e redução da dimensão das casas em sua área construída, como também nos ambientes que devem conter em uma habitação, assim estaria influenciando na formação familiar dos agricultores,

limitando a quantidade de pessoas por unidade habitacional e nas atividades a serem realizadas na casa.

Observamos também que as habitações rurais têm tido bastante influências da própria modernização que ocorre no meio urbano, uma espécie de aculturação das habitações urbanas no meio rural, pois as casas rurais têm ignorado as características da vegetação, geográfica e climáticas do próprio do campo.

Diante dos expostos, cabe ressaltar a importância do aprofundamento dos estudos no que se refere às Políticas de Habitações Rurais, especialmente do PNHR, pois é preciso maior detalhamento da própria Política quanto aos instrumentos de monitoramento e avaliação das mesmas. Ademais, faz-se necessário uma análise mais precisa do papel dos atores envolvidos no Ciclo de construção da Política Pública de Habitação Rural, bem como no papel que a cultura tem no perfil de construção das casas, sabendo que o homem é um animal relacional, isto é, modifica e é modificado pela relação de tudo que o cerca.

7. Referência bibliográfica

1. SKIDMORE, T.; SILVA, M. S. **Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1988.
2. BOLTER, J. A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: Uma análise do programa nacional de habitação rural**, Porto Alegre-RS, 2013. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
3. MINISTERIO DAS CIDADES. **Cartilha do Plano Nacional de Habitação Rural**. Ministério das Cidades. Brasília-DF. 2016.
4. BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo-SP, v. 15, n. 1, Janeiro 2001. p. 155-165. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=en&nrm=>>. Acesso em: Mai/2007.
5. ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. **Rural housing policy and the development of family farming.**, v. 13, n. 2, p. 260-269, 2010.
6. DESPRÉS, C. **The meaning of home: literature review and directions for future research and theoretical development.**, v. 8, n. 2, p. 96-115, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43029026>>. Acesso em: Ago/2017. Journal of Architectural and Planning Research. Special Issue: The Meaning and Use of Home.

7. IBGE, I. B. D. G. E. E. **Características dos Domicílios Particulares Permanentes**. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>>. Acesso em: Jan/2018.
8. INCRA, I. N. D. C. E. R. A. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasil. 2017.
9. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo-SP: Cortez, 2007.
10. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2008.
11. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 61. ed. São Paulo-SP: [s.n.], v. 5, p. 16-17, 2002.
12. MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2003.
13. BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2003.
14. ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia: Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**, Porto Alegre, 1997.
15. WAGNER, O. **Modern architecture: a guidebook for his students to this field of art**. [S.l.]: Getty Publications, 1998.
16. EGENTER, N. **Anthropology of Habitat and Architecture**. In: EGENTER, N. Semantic and symbolic architecture: an architectural-ethnological survey into hundred villages of central Japan. [S.l.]: Structura mundi, 1994.
17. CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. v.9. Ed. Barueri – SP : Manole Ltda, 2014.
18. RAPOPORT, A. **House, form and culture**. New Jersey – EUA, Prentice-Hall Foundations of Cultural Geography Series Inc. 1969., 1969. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/76688196/House-Forms-and-Culture-1969-Amos-Rapoport>>. Acesso em: Ago/ 2017. Universidade de Michigan, Digitalizado: 2008.
19. GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Culture, power, place: Explorations in critical anthropology**. [S.l.]: Duke University press, 1997.
20. BECKER, G. S. **“Preferences and Values,” in Accounting for Taste**. [S.l.]: Harvard University Press, 1996.
21. KOKOT, W. **Culture and Space—anthropological approaches**. Ethnoscritps, v. 9, n. 1, p. 10-23, 2007.

22. SEGAWA, H. M. **Arquiteturas no Brasil, 1900-1990**. Edusp, v.2. Ed. São Paulo: Edusp, 1998.
23. PORTER, M. **Estrategia competitiva**. Brasil: Elsevier, 2004.
24. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Código de Práticas CAIXA: PNHR – v003. **Programa Nacional de Habitação Rural**, 2018. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: Jun/2018.
25. PNUD, P. D. N. U. P. O. D. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11**. ONU-Brasil. [S.l.]. 2018.
26. CAMARGO, É. N. D. E. A. Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, 2014.
27. HANNERZ, U. The local and the global: continuity and change. In: **ROUTLEDGE Transnational Connections: Culture, People, Places**. London: [s.n.], 2002. Cap. 2, p. 27-39.
28. BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, n. 1, p. 70-104, 2008.
29. COSTA, V. **Políticas públicas no Brasil: Uma agenda de pesquisas**, v.6, Janeiro 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649465>>. Acesso em: Out/2017.
30. MEAD, M. Cultural Patterns and Technical Change (from the Tensions and Technology Series). New York: New American Library, v. 134, 1955.
31. NEVES, L. P. **Adoção do partido na arquitetura.**, Salvador-BA, p. 209. 1989.
32. NEUFERT, E. **A arte de projetar em arquitetura**. São Paulo-SP: Ed. e Tradução Gustavo Gili, S.A, 1976, p. 431, 1900.
33. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Downloads. Programa Minha Casa, Minha Vida. **Recursos FAR - Faixa I**, 2015. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download>>. Acesso em: Jan/2018.
34. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, n. Governo de Minas Gerais, 2007.
35. WYE GROUP/FAO. **Statistics on Rural Development and Agricultural Household Income**. Food and Agriculture Organization (FAO). [S.l.]. 2011.

36. MALARD, M. L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings.**, 1992. Disponível em: <<http://etheses.whiterose.ac.uk/14633/1/386930.pdf>>. Acesso em: Jan/2017. Tese de Doutorado. University of Sheffield.

37. SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: Elementos teóricos e um estudo de caso.** Desenvolvimento Rural-Tendências e debates contemporâneos, Ijuí: Unijuí, v. 200, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as políticas públicas existentes, surgem em resposta da necessidade que o Estado enfrenta para solucionar problemas sociais e também para proporcionar melhores condições conforme as necessidades reais da população. O que deveria ser uma política social de forma igualitária, ficou claro que entre os estados existe uma desigualdade no acesso a esses programas.

Também, foi evidenciado divergências no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que prioriza em lei, a aquisição da moradia o gênero feminino e chefe de família. Todavia, foi constatado que grande parte dos beneficiários do PNHR na mesorregião do Mato Grosso, são do gênero masculino, com esposa e filhos, com idade elevada (53 anos média) e naturais de outros estados e já as pessoas (solteira, viúva, separada) tanto os homens quanto as mulheres que permaneciam no campo pelo programa, continuavam sem um companheiro

O estudo também revelou que as casas dos beneficiários não sofreram influência das culturas dos agricultores familiares, mas conseqüentemente, as culturas sofreram com a modernização e padronização de projeto de origem urbana e incluso no campo. A entidade financeira, em suas diretrizes, foi o principal agente de influência direta, limitou as dimensões das moradias, forçando as famílias a espaço cada vez menores, ignorou a características da região (solo, clima, vegetação) proporcionando desconforto ambiental e das características culturais das famílias dos beneficiados do PNHR.

Constatou nesse estudo que a casa do agricultor familiar, antes da sua adesão ao Programa, é o oposto da recebida pelo PNHR, viviam em uma infraestrutura degradante, o chão da moradia era no contra piso, ou seja, sem qualquer cerâmica, a estrutura física e esquadrias de madeira e a cobertura de telha

cerâmica (tradicionalmente dito como barro), já nas casas do PNHR, o agricultor familiar realizou algumas melhorias, construindo uma varanda para proteção, como forma de suprir a necessidade de sua família. No entanto, foi constatada insatisfação quanto à eficiência do Programa, mas mesmo com todas essas dificuldades, o beneficiário caracteriza como muito bom para sua família a conquista da moradia adquirida pelo PNHR.